



## COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1955 - 1970)

Maria de Lourdes Monaco Janotti  
Professora Emérita, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Universidade de São Paulo, Brasil  
[mljanott@usp.br](mailto:mljanott@usp.br)

### RESUMO

Para compreender o fim de uma experiência de ensino crítico e de qualidade, ministrado no Colégio de Aplicação da USP, momentos distintos de sua historicidade foram contemplados: o contexto no qual foi criada a escola, a prática docente de ensino renovado e o término de uma experiência de vanguarda. Em outubro de 1967, uma greve de alunos com ocupação do prédio tomou amplas proporções políticas. No seu decorrer revelou as desinteligências entre os diversos setores administrativos da escola. Foi encerrada com a intervenção do DOPS, após solicitação de membros do Departamento de Educação e do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sem que fossem consultados os Órgãos colegiados.

**Palavras-chave** -Universidade de São Paulo. Ensino renovado. Repressão policial.

## COLLEGE OF APPLICATION OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO (1955 - 1970)

### ABSTRACT

To understand the end of a critical and quality teaching experience at the College of Application of the University of São Paulo, this article contemplated different moments of its historicity: the context in which the school was created, the renewed teaching practice and the end of a cutting edge experience. In October 1967, a strike by students occupying the college building took on large political proportions. During its course, it revealed disagreements between the administrative sectors of the school. It ended with the intervention of the political police (DOPS), after requesting members of the Department of Education and the director of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters, without consulting the collegiate bodies.

**Key words:** University of São Paulo. Renewed teaching. Police intervention.

## COLEGIO DE APLICACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO (1955 - 1970)

### RESUMEN

Para entender el final de una experiencia docente crítica y de calidad, impartida en la Facultad de Aplicación de la USP, se contemplaron diferentes momentos de su historicidad: el contexto en el que se creó la escuela, la práctica docente renovada y el fin de una experiencia de vanguardia. En octubre de 1967, una huelga de estudiantes que ocupaban el edificio adquirió grandes proporciones políticas. Durante su curso, reveló los malentendidos entre los diferentes sectores administrativos de la escuela. Terminó con la intervención de la policía política (DOPS), a petición de miembros del Departamento de Educación y del director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras, sin consultar a los órganos colegiados.

**Palabras clave:** Universidad de San Pablo. Enseñanza renovada. Represión policial



## COLLÈGE D'APPLICATION DE L'UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO (1955 - 1970)

### RÉSUMÉ

Pour comprendre la fin d'une expérience d'enseignement critique et de qualité, enseignée au Collège d'Application de l'USP, différents moments de son historicité ont été envisagés : le contexte dans lequel l'école a été créée, la pratique pédagogique renouvelée et la fin d'une expérience de pointe. En octobre 1967, une grève des étudiants occupant l'immeuble de l'école prend de grandes proportions politiques. Au cours de son cursus, il a révélé les incompréhensions entre les différents secteurs administratifs de l'école. La grève s'est soldée par l'intervention de la police politique (DOPS), après une demande des membres du Département de l'éducation et du directeur de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres, sans consulter les instances collégiales.

**Mots clés:** Université de São Paulo. Enseignement renouvelé. répression policière

### COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA USP (1955 - 1970)<sup>1</sup>

Minha intenção de pesquisar o Colégio de Aplicação da USP nasceu de uma imposição em acertar contas com o passado. Ensinei no Colégio de Aplicação em 1960 e 1961, em substituição à titular da disciplina de História, Emilia Viotti da Costa, minha ex-professora na Faculdade de Filosofia. Com sua saída, coincidente com a criação das Classes Experimentais, foi aberto concurso para dois novos professores, apresentando-se então a oportunidade de eu retornar ao Colégio na condição de titular, função que exerci de 1963 até o início de 1966. Dediquei-me ao Curso Clássico e Sylvia Magaldi ao Ginásio Experimental.

Acompanhou-me durante todos esses anos a sensação de ter sido privilegiada por começar minha vida profissional em uma escola onde discutiam-se livros recentes e acontecimentos contemporâneos em jornais de diferentes tendências. Trabalhávamos com grupos de alunos e professores, participando de um ensino criativo e de qualidade. Marcou-me profundamente a determinação revelada por alunos e professores de superar cada vez mais os limites do conhecimento escolar, no sentido de adquirir valores culturais humanísticos. Juntos, descobríamos o mundo e a nós mesmos.

Este texto, baseado em memórias e documentos escritos sobre o CA, explora três momentos distintos: o da construção de um projeto para implementar um Colégio afinado com

---

<sup>1</sup> Em 2019, a FEUSP comemorou 50 anos e 60 anos de sua Escola de Aplicação promovendo vários seminários. Este artigo é resultado de minha participação na mesa-redonda intitulada *A Faculdade de Educação e o ensino renovado: Colégio de Aplicação e Escola de Aplicação*, realizada em 21 de novembro de 2019.



a modernidade, que espelhasse novas ideias pedagógicas e científicas (1955-59); o do entusiasmo docente pelos novos conhecimentos científicos, educacionais e didáticos (1959-66); o da decepção, marcado pela crise que terminou com a invasão da escola por agentes do DEOPS e posterior fechamento da escola (1967-69).

### **Cenário pedagógico**

Avolumam-se fontes para a história do ensino renovado em documentos, livros, artigos, teses e dissertações. Desde os anos 50 do século XX até hoje, de forma direta ou indireta, diversas publicações trataram da importância das escolas que tentaram renovar o ensino. O empenho dos autores da história da educação em impedir que essas escolas caíssem no esquecimento, aniquiladas que foram pelo golpe civil-militar de 64, acabou por produzir significativo acervo documental e memorialístico.

Foram pesquisas sobre os vocacionais, os ginásios pluricurriculares, os colégios de aplicação, criados por exigências da lei Capanema, para a prática de ensino de alunos de Faculdades que formavam professores para o ensino médio.

Em síntese, a ideia de modernização era associada ao progresso da economia industrial e os pensadores brasileiros aventavam que a questão do ensino deveria ser associada à democratização do país. O Estado deveria ter como objetivo maior promover a emancipação da nação das amarras da dependência econômica:

Nesse projeto da renovação educacional, tiveram papel relevante os trabalhos de Jayme Abreu, Geraldo Bastos Silva, Roberto Moreira, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, que atuavam no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O discurso que os unia fundava-se nas modernas ciências sociais e no saber científico, para tanto, a escola deixaria de ser instrumento das artes clássicas para investir na quebra dos privilégios de classe, tornando-se instrumento de equalização social. Repensaram-se, em novos termos, a educação brasileira no interior do projeto desenvolvimentista.

Acreditavam que, para superação do atraso e da pobreza do país, o Estado deveria, decididamente, se empenhar na disseminação da escola pública, a única capaz de realizar o desenvolvimento. A construção de uma sociedade democrática, aberta a todos, exigia reformas na escola tradicional, caracterizada pelo verbalismo, pelo recurso à memorização e à repetição.

Em uma escola moderna, de acordo com Anísio Teixeira, não se devia levar em conta as diferenças sociais, mas se atende, na medida do possível, a todas as diferenças individuais



ou da história de cada um, para efeito de reconstruí-las e integrá-las em uma experiência mais larga, em que se destruam os isolamentos de uma verdadeira fraternidade humana.

Fundamentava-se, filosoficamente, nos princípios de uma educação voltada para a realização integral da personalidade humana dentro do regime democrático, desenvolvendo nos indivíduos hábitos adequados à reflexão, à pesquisa e à responsabilidade no exercício da liberdade (1994, p.250).

Essas ideias, fortemente difundidas nas instituições de ensino superior, presidiram a criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo - CRPE, idealizado por Anísio Teixeira, sediado no campus da USP, por financiamento do projeto UNESCO-INEP-USP. Entre os vários objetivos do Centro, havia o da difusão do moderno ensino, para tanto, em 1957, foi instalada uma classe experimental, de do primeiro ano do curso primário em prédio do CRPE. Com o passar dos anos, sucessivas séries foram sendo criadas, constituindo a Escola de Aplicação da USP que desde 1973 até hoje é gerida pela Faculdade de Educação.

Os projetos da Escola do CRPE e do Colégio de Aplicação, aparentemente semelhantes, foram se estruturando de maneira diversa. A Escola era ligada ao CRPE que construiu prédio próprio para suas atividades. Patrocinou diversas pesquisas de docentes da USP, recebeu estagiários-residentes da América Latina, organizou uma biblioteca especializada em educação. Propunha que o ensino fosse renovado em todos os níveis de acordo com novos estudos sociológicos da realidade brasileira, por essa razão, atribuiu à seção de Sociologia a administração do CRPE (FERREIRA, 2006).

Com o tempo, as diferenças que distinguiam as duas escolas se acentuaram. O CA era dirigido pela seção de Pedagogia, comportando classes comuns e experimentais, administradas por conselhos e um diretor,

As tensões político-administrativas que envolveram docentes da seção de Pedagogia remontam aos momentos de sua própria criação, de acordo com Bontempi Jr. a incorporação da Escola de Professores do extinto Instituto de Educação à Seção de Educação da FFCL foi recebida com reservas pelas demais áreas porque se pensava que estes estabelecimentos se vinculavam ao tradicionalismo:

Os cursos de Pedagogia e de Didática tiveram seus destinos definidos na configuração do campo devido a uma conjunção de fatores, tais como disputas internas pelo poder na universidade, interesses profissionais dos discentes, rivalidades entre as áreas do conhecimento e lutas por status. (2011, p. 142).

A despeito de constantes solicitações da Seção de Pedagogia, as atas dos órgãos colegiados da FFCL demonstram que não havia muito interesse da instituição em manter um



colégio sob sua responsabilidade, para prática de ensino de seus licenciados. Somente em 1957, a FFCL assina o texto definitivo do convênio com a Secretaria da Educação para administrar a Seção autônoma do Col. Estadual Pres. Roosevelt, situado à rua Gabriel dos Santos, que a seguir passou a se chamar Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.<sup>2</sup>

O imóvel, possivelmente construído em 1921, havia sido uma escola particular e uma repartição da Prefeitura. A maior parte de seu terreno fora vendida para a construção de um cinema e um restaurante. Em 1952, quando passou a ser um colégio estadual não dispunha de área livre para recreio e Educação Física.<sup>3</sup>

Ao contrário da E.A, o Colégio herdou uma escola, em pleno funcionamento, com alunos e professores atuando nos cursos ginásial, clássico e científico, nos períodos diurno e noturno. Integravam o corpo docente antigos e novos professores efetivos, comissionados e contratados. Os primeiros diretores eram efetivos e concursados. Desde o início, a situação funcional era bastante complexa e ambígua, a Faculdade tinha autonomia para administrar a escola, mas devia obedecer a parâmetros gerais estabelecidos pela Secretaria de Educação, que remunerava funcionários e professores.

Em março de 1957 a Congregação aprovou o Regulamento do CA, que atribuía a direção da escola a um Conselho indicado pela Faculdade presidido por um diretor executivo.<sup>4</sup> Em junho foi aprovado o regimento interno e, em 1959 foram regularizadas pela Secretaria de Educação a instalação de classes experimentais em diversos estabelecimentos de ensino.<sup>5</sup>

Nesse clima favorável à inovação, a Associação de Educadores Católicos, também interessada em modernizar o ensino, organizou encontros denominados Semanas de Estudos Pedagógicos com palestras e cursos intensivos divulgando ideias do jesuíta Pierre Faure, principalmente baseadas em Montessori e Lubienska.

---

<sup>2</sup>O governo estadual concede autorização para a S. E. celebrar convênio com a FFCL (DO de 14/7/56). Pelo Decreto nº 26.104 de 7 de julho de 1956, passa a chamar-se Colégio de Aplicação da FFCL da USP.

<sup>3</sup> Em 15 de abril de 1952, foi instalada a Seção Autônoma do Colégio Estadual Presidente Roosevelt à rua Gabriel dos Santos, nº 30. Pela Lei 9.983 de 18 de dezembro de 1967, tomou o nome de Colégio de Aplicação Fidelino de Figueiredo. Pelo decreto de 31 de janeiro de 1970, passa a integrar a rede estadual com o nome de Colégio Estadual Fidelino de Figueiredo.

<sup>4</sup> 6/6/57 – DO – Regimento interno do CA – aprovado pelo CTA – Pres. do Cons. Deliberativo Prof. Onofre de Arruda Penteado Jr. Catedrático. Em seu impedimento, assumiu o Prof. José Quirino Ribeiro catedrático de Administração Escolar e Educação Comparada – Rev. Pedagogia n. 7p.80.

<sup>5</sup> Decreto nº 35.069 sobre a instalação e funcionamento de classes experimentais. (DO 11/6/59). Mencionava a Escola Experimental da Lapa; Grupo Escolar e Ginásio Experimental Dr. Edmundo de Carvalho (Capital); Escola de Aplicação da USP (Capital); I.E. Macedo Soares (Capital); I.E. Alberto Conte (Capital). Em 1961, foi criado o Serviço de Ensino Vocacional, que até 1966 incluiria os seguintes ginásios vocacionais: Oswaldo Aranha (Capital); João XXIII (Americana); Candido Portinari (Batatais); Classe Experimental do Instituto de Educação Narciso Pieroni (Socorro); Macedo Soares (Barretos); Chanceler Raul Fernandes (Rio Claro); Vila Santa Maria (São Caetano do Sul).



Os artigos redigidos por Pierre Faure e publicados nos boletins da revista SERVIR no decorrer dos anos de 1954 e 1963 marcaram formas de circulação da Pedagogia Personalizada e Comunitária – PPC no território brasileiro. Se por um lado, a disseminação desta pedagogia ocorreu por meio das visitas pedagógicas do próprio padre ao país, bem como pelo estágio de professores brasileiros em Paris, por outro, a contribuição dos artigos de Pierre Faure, na Revista brasileira de educação católica da A.E.C., foi para além da discussão sobre o catolicismo e o movimento da Escola Nova e privilegiou a sementeira da pedagogia personalizada e comunitária em nosso país. (SILVA, 2020)

Após o Concílio Vaticano II, a Igreja, por meio dos movimentos da Ação Católica, passou a se comprometer concretamente na defesa dos interesses populares. Setores da Ação Católica passaram a desenvolver crescente participação política organizando o Movimento de Educação de Base (MEB) que adotava as diretrizes do Movimento Paulo Freire de Educação de Adultos e os princípios da Teologia da Libertação.

Angela R. M. B Tamberlini, considera:

Dentre os setores mais atuantes em um espectro que poderíamos caracterizar como sendo “de esquerda”, tínhamos os movimentos políticos ligados à Igreja Católica Progressista, alguns dos quais foram se radicalizando no decorrer dos anos, sobretudo a Juventude Universitária Católica (JUC), que deu origem à Ação Popular (AP), que em 1966 acabou se desligando da Igreja institucional e parte de seus integrantes optou pelo marxismo-leninismo. Entre 1960 e 1966, a JUC participava decisivamente na estruturação do programa social mais inovador da Igreja no Brasil: o Movimento de Educação de Base (MEB). Os bispos idealizadores do MEB visavam, de início, esvaziar o potencial revolucionário das Ligas Camponesas pretendendo resolver “harmoniosamente” os conflitos entre camponeses e proprietários, objetivando assim o controle dos sindicatos rurais. O MEB, no entanto, criado em 1961, acabou por reunir militantes desejosos de transformar a sociedade brasileira: a organização foi colocada numa ótica bem mais radical do que a desejada por seus fundadores. As equipes do MEB, constituída por quadros de nível intelectual elevado, críticos em relação à hierarquia católica e simpáticos à AP, contribuíram para promover a conscientização do meio rural (TAMBERLINI. 2001, p.35 e 36).

Explica a autora que a primeira classe experimental foi instalada no Instituto de Educação Narciso Pieroni, na cidade de Socorro, como experiência pioneira no setor do ensino oficial de São Paulo, inspirada em Sèvres, sob a orientação educacional de Maria Nilde Mascellani. A equipe que trabalhava na escola, em sua maioria, eram pessoas militantes de movimentos oriundos da Teologia da Libertação. Muitos educadores mencionaram a vinculação dos vocacionais ao pensamento de Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Andre Malraux, entre outros.



Os rumos da educação haviam se expandido, não apenas atingindo setores das classes médias. A esse respeito, Carmem Sylvia V. Moraes pondera:

Dando continuidade à luta pela educação integral, integrada ou unitária, no país, temos mais recentemente, entre as escolas experimentais, a implementação dos Ginásios Vocacionais no estado de São Paulo, no final da década de 1950 até o início dos anos de 1970, reunindo um grupo de educadores militantes da educação democrática interessados em viabilizar a apropriação, pela classe trabalhadora, do saber socialmente constituído. A proposta de currículo integrado, o trabalho como princípio educativo e os recursos pedagógicos do estudo do meio na aproximação entre escola e cidade (polis), a participação coletiva, a autogestão e a autoavaliação conformam o Ginásio Vocacional em sua tentativa de construção da escola média unitária – proposta que, como pretendemos indicar, faz parte das lutas do movimento operário desde o século XIX (2013, p. 994).

A Revista de Pedagogia, pertencente ao Catedrático de Didática Geral e Especial, Onofre de Arruda Penteado, é um valioso documento para se entender as perspectivas da inovação educacional e a prática de ensino ministrado no Colégio de Aplicação, nos anos 1960. Opinando sobre a intenção da fundação e duração desse periódico, Rozante levanta uma hipótese interpretativa:

O Colégio foi uma espécie de laboratório da Didática e, por meio da divulgação de suas experiências na Revista, tentou-se fazer com que a Didática deixasse de ser a ‘arte de dar aulas’, para ganhar o estatuto de ciência. Dessa forma, não é mero acaso que os colaboradores da Revista de Pedagogia eram, em sua maioria, ligados de alguma forma – professores, assistentes, auxiliares ou ainda alunos – à Cadeira de Didática, pois o que se almejava era conquistar espaço no âmbito da FFCL/USP (2008, p. 83).

A Revista tinha como princípio publicar textos de intelectuais estrangeiros seguidos de artigos de professores das disciplinas de Pedagogia e de Didática. A Reforma do ensino na França, defendida e implementada por Jacques Quignard, René Haby e Hatinguais, ocupou lugar de destaque em suas páginas. Também circularam ideias de John Dewey, Jean Piaget, F. Ranke, Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira, entre outros pedagogos e filósofos.

Várias vezes, em artigos e entrevistas de docentes, foram mencionadas conferências realizadas no Centre International d'Études Pédagogiques de Sèvres-CIEPS<sup>6</sup>, assistidas por bolsistas brasileiros. Luiz Contier, professor do Colégio Prof. Alberto Conte em São Paulo e,

---

<sup>6</sup> Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP), criado em Sèvres em 1945 com o objetivo de elaborar um projeto pedagógico inovador para o ensino secundário francês – as classes nouvelles – e difundi-lo na França e no exterior, por meio de estágios oferecidos a educadores.



posteriormente, diretor do Serviço de orientação pedagógica do Departamento de Educação, empenhou-se em facilitar a ida de professores para estagiar em Sèvres.

Por ocasião da visita de Mme. Edmé *Hatinguais*, Inspetora Geral do Ensino na França e Diretora Geral do Centre de Sèvres ao Brasil, em 1954, a educadora afirmou que mais de 200 professores brasileiros já haviam estagiado em Sèvres, procedentes de escolas públicas e particulares interessadas em modernizar o ensino secundário. A prática de ensino no CA seguiria a maioria das sugestões trazidas por esses estagiários.

Maria José Werebe escreveu sobre a importância da renovação do ensino na França e os novos princípios da pedagogia que orientaram criação de classes experimentais francesas. Ateve-se à importância da escola Sèvres, onde a equipe de professores criava maneiras de desenvolver as aptidões individuais dos educandos para que encontrassem um método próprio de trabalho e, assim, se situassem no tempo e no espaço. Para isso, seria imprescindível coordenar as disciplinas sobre os diferentes pontos do programa, atribuindo relevância às atividades artísticas e manuais. Esse projeto inovador contava com um plano didático centrado no estudo do meio, técnica que se encarregaria de suprimir as barreiras entre a escola e a vida (1956, p. 57-68).

Em 1960, a Revista de Pedagogia divulgou vários artigos sobre a situação do ensino superior e secundário, com o intuito de oferecer sugestões para melhoria da qualidade da educação no Brasil. O mesmo número incluía um suplemento especial sobre o CA.

Constata-se nesses textos a tendência de realizar diagnósticos gerais sobre o atraso cultural brasileiro e propor reformas necessárias no ensino para promover a adequação de estruturas tradicionais às necessidades de uma sociedade industrial e moderna.

Dentre os artigos, o de Maria José Garcia Werebe oferece amplo panorama dos vários níveis de ensino no Brasil e, em especial, sobre São Paulo. Em texto abrangente, mostrava as dificuldades de acesso das classes trabalhadoras à educação nas diversas regiões brasileiras, mas reconhecia que a expansão do ensino secundário, apesar de suas limitações, atingira certa democratização pela criação de estabelecimentos de ensino médio gratuitos e pela introdução de cursos noturnos. Isto não significava que todos os alunos se dirigissem para o ensino superior, pelo contrário, a maioria, ao terminar o curso ginasial, ingressava no mercado de trabalho. Inserindo-se na defesa da escola pública, denunciava a pressão de proprietários de escolas particulares junto a deputados e senadores no sentido de serem aprovadas, na futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, subvenções dos cofres públicos à rede privada de ensino (1960, p. 11-30).





Alguns autores, ainda em início de carreira universitária, sugeriram medidas para melhorar o ensino de determinadas disciplinas, demonstrando excelente formação, em grande parte devido aos cursos da FFCL.<sup>7</sup> Depreende-se, ao lado da discussão de currículos, programas, material didático e métodos, especial preocupação com a formação dos licenciados e com as condições objetivas de seu exercício profissional.

Em Suplemento dedicado ao CA, a Revista de Pedagogia publicou artigos, em 1960, para dar visibilidade aos trabalhos realizados por professores e alunos do curso ginásial. Os autores explicitam que, o primeiro semestre do ano letivo foi dedicado ao planejamento conjunto de diferentes disciplinas, com suas respectivas atividades e contando com a participação de estagiários.

A título de exemplo, convém mencionar o artigo de Bernardo Issler, professor de Geografia, que relata uma atividade da primeira série ginásial, na qual Geografia e História funcionaram como fontes de temas de interesse, com a colaboração das disciplinas de Português e de Desenho. Todas as etapas do planejamento e sua execução foram minuciosamente descritas: grupos de trabalho dos professores, integração de estagiários, aulas teóricas ministradas, provas de avaliação, objetivos atingidos e os não alcançados. Os alunos trabalharam em equipes, o que permitiu o desenvolvimento de lideranças e aptidões individuais, cooperação mútua, aproximação entre todos os participantes (Issler, 1960).

No exemplo mencionado fica evidenciado que já se pensava e agia de acordo com recentes linhas pedagógicas, antes mesmo que as classes experimentais surgissem com regulamento próprio.

Sem dúvida, foi com a criação, em 1963, das classes experimentais, logo no ano seguinte denominadas classes integradas, que foi estruturada a experiência pedagógica no CA. Nessa ocasião tornou-se mais difundida a leitura sistemática de textos teórico-metodológicos propagando-se o ímpeto de renovar entre professores dos cursos clássico, científico e os do denominado ginásio comum.

Desde a criação do Colégio, a coordenação dos trabalhos no CA era responsabilidade de Maria José Werebe, professora de Administração Escolar e de Orientação Educacional da FFCL, que instituiu e coordenou o Serviço de Orientação Educacional-SOE, organizando estágio de alunos e mantendo constante contato com a Secretaria de Educação para regularizar a função do orientador educacional.

---

<sup>7</sup> Domingues de Castro e Gianotti trataram da Filosofia, Viotti da Costa da História e Chagas Cruz da Literatura Portuguesa e Brasileira. (Revista de Pedagogia, São Paulo, 6 (11-12).



Posteriormente, a partir de 1962, Amélia Americano Domingues de Castro, professora de Didática Geral e Especial, coordenou o Serviço de Orientação Pedagógica- SOP. Designou orientadores pedagógicos, comumente instrutores de ensino de Didática Especial, para coordenar as grandes áreas de Línguas, Ciências Humanas e Filosofia, Ciências Exatas e Naturais e Artes Plásticas. Esses docentes acumulavam também outras funções; ministravam aulas, supervisionavam estágios dos licenciandos e supervisionavam a integração das diversas disciplinas das classes integradas. Por volta de 1964, o SOP passou a indicar coordenadores para os cursos: ginásio, clássico e científico, que não estavam inclusos no regime especial das classes integradas.

Instituiu-se, oficialmente, em 1963, a coordenação das classes experimentais, exercida primeiramente por Scipione Di Pierro Netto e, posteriormente, por Julieta Ribeiro Leite, permanecendo esta última no cargo, até 1969. Seu depoimento esclarece a organização e funcionamento das classes integradas:

A coordenação tinha como função básica assegurar a unidade, a coerência e a continuidade da ação educativa em cada série e ao longo de todo o curso. Para isso, estabelecia critérios para seleção de professores, planejava jornadas de treinamento, cuidava da preparação, execução e avaliação dos exames de admissão ao ginásio, organizava conselhos de classe semanais, e participava ativamente da preparação, execução e avaliação das atividades ligadas ao estudo do meio.

Além disso, tinha reuniões com pais, com a direção, com professores de prática de ensino e, principalmente com o setor de Orientação Educacional. Na coordenação atendíamos, também, a professores de outras escolas interessados em conhecer a experiência das classes integradas.

Foram instituídas no colégio semanalmente reuniões pedagógicas gerais, de grupos de trabalho compostos por professores de matérias afins. Discutiam-se currículos, programas, métodos, técnicas de ensino, e problemas especiais de cada grupo. Divulgavam-se textos teóricos e práticos sobre os princípios a serem aplicados pelos professores, estes se reuniam com os coordenadores, elaborando planejamentos das atividades a serem desenvolvidas. Nas classes integradas houve uma concentração de esforços e de algumas condições favoráveis como horários duplos e aulas de planejamento remuneradas (LEITE, Entrevista, 1998).

A introdução das classes experimentais admitia uma proposta de ensino na qual a área-chave era Estudos Sociais, concebida não como uma soma de história e geografia, mas sim incorporando as ciências do homem de uma forma geral.

A professora de História Sylvia Magaldi participou ativamente da implementação do ensino renovado no colégio. Além das aulas que ministrava, era instrutora voluntária de Didática Especial da História e, com o tempo, exerceu várias funções como coordenadora da área de Estudos Sociais e auxiliar da coordenação-geral das classes integradas. Escreveu em



coautoria com professora Janete da Silva Martins dois opúsculos sobre O Estudo do meio, e outro intitulado Didática do estudo dirigido, baseados na experiência de ambas no CA.

Seu depoimento apresenta o alcance pedagógico do que se fazia nas classes integradas:

Um complexo e empolgante estudo do meio foi uma viagem pelas cidades históricas de Minas Gerais passando pelo planalto Central e chegando à Brasília. Havia um roteiro minucioso da viagem com indicações diárias, de onde estaríamos e as atividades que seriam realizadas pelos professores de Geografia, História, Ciências, Artes Plásticas, Português, Artes Dramáticas. Elaborado, proposto e aprovado pela comissão legislativa, composta de alunos e professores, havia um código de condutas a ser obedecido durante a viagem com sanções para os que o desrespeitassem. Havia comissões: de alojamento; de relações públicas; de transporte; de financiamento, que já tinham trabalhado já o ano inteiro. Levávamos sempre uma médica para atender emergências.

Uma das coisas mais emocionantes da minha vida foi ter dado uma aula de História em conjunto com Janete Martins e Odenis Módulo nas escadarias da Igreja do Carmo em Ouro Preto, sobre a Inconfidência Mineira. Depois no teatro, Maria Alice Vergueiro preparou um espetáculo com alunos que tocaram flauta doce e fizeram cenas de interpretação.

Os pais dos alunos tornaram possível essa viagem colaborando financeiramente pelos fundos arrecadados pela Associação de Amigos das Classes Integradas do CA – ASACICA, inclusive possibilitando a participação de alunos privados de recursos. carentes. Foi uma experiência riquíssima, mas só é realizável em condições materiais e humanas muito favoráveis (MAGALDI, Entrevista, 1998).

Em 1965, de 20 a 24 de setembro, realizou-se o 1º Simpósio sobre o Ensino ginásial renovado de São Paulo, promovido pelo CA e patrocinado pelo Departamento de Educação da FFCL da USP. Em notícia publicada pela A Gazeta de 17 de setembro de 1965, a comissão organizadora, constituída pelas professoras Domingues de Castro, Werebe, Magaldi e Ribeiro Leite, informava que o objetivo primordial era promover o intercâmbio de experiências que vinham sendo realizadas por estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo, de caráter particular e oficial.

A Revista de Pedagogia (São Paulo, 1965), dedicou edição especial ao Simpósio, divulgando conferências, mesas-redondas de relatos de experiências. Em clima de entusiasmo e orgulho pelas realizações do CA, na instalação dos trabalhos A. Domingues de Castro enalteceu o papel de Onofre de Arruda Penteado que, vencendo preconceitos e inúmeras dificuldades materiais, fundou o colégio em 1957. Prenunciara o professor que a escola seria um centro de investigação científica, em matéria de pedagogia.

Todas as conferências foram de conteúdo normativo e professoral, como era habitual na época. Angel Diego Márquez, professor visitante propôs que a coordenação se desse em dois



níveis: a vertical com planejamento de continuidade em todas as séries ginásiais e a horizontal exercida na mesma série. Suas propostas foram muito acatadas no CA e na Escola de Aplicação da USP, onde estive em várias reuniões de professores, por ter vindo como técnico de educação da UNESCO. As demais conferências foram pronunciadas por: A. Domingues de Castro sobre O trabalho dirigido; S. Magaldi sobre O estudo do meio; J. Ribeiro Leite sobre Avaliação da aprendizagem; M. J. Werebe sobre A reforma do ensino na França, encerrando o Simpósio.

Os temas tratados também se repetiram e mesas-redondas de comunicações de experiências. Participaram com relatos os colégios Assunção, Nossa Senhora do Sion, Santa Cruz, São Luís, Aplicação da USP, Ginásio Nossa Senhora do Morumbi, Ginásio I. L. Peretz, Instituto de Educação Jundiaí, sendo a maioria escolas confessionais. Mais de 300 participantes acompanharam as atividades.

Cada instituição de ensino procurou adaptar as novas técnicas à sua realidade curricular e didática. Vários professores responsáveis pelas experiências apresentadas estiveram em Sèvres ou conheciam as inovações por cursos promovidos por Luiz Contier, na Secretaria de Educação.

Quanto à coordenação de disciplinas, as escolas tiveram dificuldades com horários de professores que, normalmente, trabalhavam em outras instituições. História, Geografia, Artes, Orientação Educacional e Religião foi o conjunto de disciplinas mais frequentemente mencionado em atividades programadas e estudos do meio. Estes últimos objetivavam oferecer oportunidades aos alunos de conhecerem e participarem de diferentes realidades culturais e sociais por meio de visitas a edifícios históricos e museus. Promovia-se, também, o comparecimento a espetáculos teatrais e cinematográficos.

Relatos sobre trabalho dirigido e estudo do meio realizados no CA, encontram-se em número considerável na revista, sempre explicitando planejamento e fundamentos teóricos, bem documentados em todas as fases permitem conhecer bem o que pensavam e faziam os professores do ginásio.

Ao mesmo tempo que o Simpósio foi considerado um sucesso, encerrava-se a fase de harmonia e otimismo na escola e, como já foi mencionado, começava a crise que levaria ao fim do CA.

### **Como terminou uma experiência de vanguarda**

O fim das escolas experimentais não foi um caso isolado, explica-se pelo colapso das instituições político-sociais brasileiras, agravado pela pressão internacional da guerra fria e pela



repressão desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964. A sucessão de eventos da luta democrática contra a ditadura de vários setores da sociedade brasileira, marcou a vida do ensino secundário e universitário, por 20 anos.

Na gestão do reitor Antônio Barros Ulhôa Cintra (1960-1963) foram realizadas uma série de reformas na USP, para integrar e modernizar a estrutura de suas faculdades e institutos. O reitor afirmava que a USP deveria ser um centro de pesquisa científica e de estudos da realidade brasileira, para tanto criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), implementou a construção do campus da USP, apoiou decisivamente a fundação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e da Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu. Representou para o ensino universitário a inovação que os desenvolvimentistas propunham para a educação.

Apesar dessas medidas, estudantes entraram em longa greve em 1962. Reivindicavam extinção das cátedras e participação paritária nos colegiados, na proporção de um terço entre professores, alunos e funcionários. Membros conservadores do Conselho Universitário achavam que havia insubordinação, provocada por comunistas, passando a criticar a benevolência da reitoria, como ficou evidente na escolha do novo reitor, linha dura.

O novo reitor Luís Antônio de Gama e Silva, professor da Faculdade de Direito, tomou posse em 31 de março de 1963. De início, tentou cooptar os apoiadores de Ulhôa Cintra, mas, a partir de 1964, foi um dos principais responsáveis pela repressão na USP, em seus dois mandatos. Afastou-se várias vezes do cargo por ter sido nomeado ministro da Justiça, da Educação e de Minas e Energia no breve governo de Ranieri Mazzilli e ministro da Justiça do general Artur da Costa e Silva.

Inquéritos Policiais Militares-IPMs foram instalados na USP, para apurar atividades subversivas, em sua primeira gestão. O próprio reitor entregou aos investigadores uma lista com nomes de professores da USP suspeitos de serem comunistas.

Com efeito, o reitor Gama e Silva nomeou uma comissão especial para investigar atividades “subversivas” na USP, formada pelos professores: Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito, Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina e Theodureto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica. Esses representantes das “grandes escolas” eram todos elementos de confiança do Reitor (ADUSP, 2004, p.17).

Com base no Ato Adicional 1, o governador demitiu mais de 10 professores da Faculdade de Medicina. Na FFCL foram interrogados e processados João Cruz Costa, Fernando



Henrique Cardoso, Mário Schemberg e Florestan Fernandes, que foi preso, em virtude de carta de protesto em defesa da dignidade da função de professor, da qual se lê o excerto:

A nossa escola, por ser inovadora e por ter contribuído de maneira poderosa para a renovação dos hábitos intelectuais e mentais imperantes no Brasil, foi vítima de um processo de estigmatização que muito nos tem prejudicado, direta e indiretamente. Não podendo destruir-nos, os agentes da estagnação cultural optaram pela difamação gratuita e pela detração sistemática. Ambas não impediram que a nossa escola avançasse até atingir sua situação atual, ímpar no cenário cultural latino-americano. Conseguimos sobreviver e vencer, apesar dessa resistência tortuosa e dos seus efeitos nocivos. Cada professor que desse, nas atuais circunstâncias, vazão a seus sentimentos e convicções pessoais, recusando a submeter-se ao inquérito policial-militar, estaria favorecendo, iniludivelmente, esse terrível jugo, para desdouro final da nossa escola (FERNANDES, 1977).

A onda de protestos provocada por esta prisão parece ter contribuído para o encerramento momentâneo da IPM. Também, naquele momento, a Congregação da FFCL divulgou na imprensa manifesto, em tom moderado, pela liberdade de princípios e defesa da autonomia universitária (Atas da Congregação-FFCL 22-4-64).

A partir de então, os acontecimentos adquiriram ritmo acelerado. Enquanto o tempo do projeto pela criação do CA foi lento e o tempo da atividade docente criativo, o do declínio da instituição foi rápido e lamentável.

Vinculado à FFCL da USP, inevitavelmente o Colégio vivenciaria os momentos nefastos pelos quais ela passaria. Como escola pública pertencia à esfera governamental agregando jovens dos bairros de seu entorno, habitados por setores das classes médias e trabalhadora, como os de Higienópolis, Barra Funda, Lapa e Pompéia. O curso clássico matutino e o científico noturno tinham alunos oriundos de diversas classes sociais, enquanto os das classes integradas, geralmente, tinham pais com profissões liberais, vários artistas e intelectuais.

Embora Hélio Lourenço de Oliveira, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, fosse vice-reitor em exercício de 1967 a 1969, por afastamento do reitor para assumir o Ministério, foi cassado por iniciativa do próprio Gama e Silva. Como se percebe, o reitor contava com um Conselho Universitário que o apoiava inteiramente. Também outros professores da USP tiveram cargos de destaque nos governos ditatoriais, entre eles Alfredo Buzaid, da Faculdade de Direito, foi ministro da Justiça de Garrastazu Medici, Antônio Delfim Neto, da Faculdade de Economia e Administração, ministro da Fazenda de Costa e Silva.

Acirrando mais ainda o clima de insegurança e revolta, tropas policiais e do exército invadiram a Universidade de Brasília, em 9 de abril de 1964. Buscavam também 12 professores



que deveriam ser presos e interrogados. Logo o reitor Anísio Teixeira foi exonerado do cargo e sucedido por Zeferino Vaz, professor da faculdade de Veterinária da USP, que permaneceu 17 meses no cargo. Embora defendesse a importância do projeto da universidade nova, sua gestão terminou por greves de alunos e professores em razão da demissão de docentes.

A segunda invasão foi durante a gestão do reitor Laerte Ramos de Carvalho (set. 1965-nov. 1967), professor do Departamento de Educação da FFCL responsável pelo CA. Tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram novamente as entradas do campus. Professores e alunos estavam em greve pela ameaça de demissão de professores, o reitor solicitou o envio de tropas militares ao campus com a justificativa, de que a greve era uma falta grave e pichações revelavam ameaças de depredação aos prédios. Uma semana depois, 15 professores foram expulsos. A reação foi imediata: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida (Salmeron, 1999).

Esses acontecimentos integram uma conjuntura de crise do estado democrático, na qual os estudantes universitários e secundaristas tiveram inegável protagonismo. Uma das primeiras intervenções da ditadura foi destruir as sedes da União Nacional dos Estudantes - UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES no Rio de Janeiro. Por meio da Lei Suplicy de Lacerda, a ditadura reformulou totalmente o sistema das organizações estudantis impondo rígidas regras, submetendo-as ao controle estatal. Cindido pela repressão e por leis coercitivas, o movimento estudantil radicalizou-se.

Agravando ainda mais as tensões, a reforma universitária adquire forte caráter de luta de interesses acadêmicos; particularmente as Faculdades de Filosofia tornaram-se alvos dos críticos de seu caráter aglutinador de vários ramos do saber:

Os acordos do Ministério da Educação com a United States Agency for International Development - USAID e a divulgação do relatório Atkon (1966), propondo modelo de universidade a ser aplicado no país, denotavam a interferência norte-americana, intensificando protestos de estudantes e professores em vários estados.

### **Crise do CA**

Tanto a Une quanto a UBES convocavam encontros para campanhas a favor da democratização. Reivindicavam também mais vagas no ensino superior para que alunos aprovados nos vestibulares, chamados de excedentes, pudessem ingressar nas universidades. No caso da FFCL trinta e cinco excedentes de Psicologia acamparam na frente do prédio da rua



Maria Antônia e conseguiram obter de cinquenta e sete parlamentares um pedido ao presidente da república para solucionar o caso e agilizar a construção da cidade universitária.

A essa altura já havia greves de estudantes em vários estados, além de desentendimentos entre governadores e ministro da educação em razão de decreto federal que reconhecia o direito dos excedentes e a obrigação das universidades de ampará-los.

Grave incidente na UNB ocorreu quando o embaixador americano John W. Tuthill compareceu à Universidade para formalizar a doação de 4 mil volumes à biblioteca. Estudantes o esperaram, com faixas contra a guerra do Vietnam e os acordos Mec-Usaid e o vaiaram enquanto discursava. Após a saída do diplomata a polícia fechou o campus, espancou e prendeu 70 manifestantes, alguns ficaram gravemente feridos (Folha de São Paulo, 26/4/1967).

Agravando a situação, o embaixador Tuthill veio a São Paulo para uma entrevista com a imprensa, a ser realizada na biblioteca do Consulado norte-americano, a fim de esclarecer a os objetivos dos acordos MEC-USAID. Para evitar protestos estudantis, na última hora a entrevista foi transferida para o Hotel Jaraguá. Sob forte aparato policial, estudantes reunidos defronte à biblioteca do consulado norte-americano logo perceberam a cilada e dirigiram-se à FFCL, unindo-se aos excedentes que lá acampavam.

As coisas dos excedentes - camas de campanha, cobertores, colchões, bancos - foram levados para dentro do saguão da Faculdade. Formados em compacta massa, o grupo de estudantes ocupou o saguão da entrada da escola e declarou-a território livre. Em seguida falaram o presidente da UNE e o presidente da UEE (Folha de São Paulo, 26/4/67).

Os professores Erwin T. Rosenthal, Mário Guimarães Ferri e Arthur Gianotti estavam no local e tentaram dialogar, sem sucesso com os alunos. Não havendo condições de todos permanecerem no prédio, logo cercado por forças da repressão, foi marcada assembleia para o dia seguinte no Conjunto Residencial da USP-CRUSP.

Centenas de estudantes de várias faculdades de São Paulo compareceram e aprovaram várias propostas, entre elas a convocação de um Seminário Regional nos dias 6 e 7 de maio, para estudo da infiltração imperialista no ensino brasileiro. Os Centros Acadêmicos deveriam mobilizar as bases e formar grupos de estudos para a preparação do Seminário e constituir comissões para colher assinaturas pró-excedentes nas vias públicas.

Greves, ocupações e protestos reprimidos com violência foram uma constante no noticiário da imprensa durante o ano de 1967. Alunos do CA, principalmente do curso secundário, alguns deles militantes do movimento estudantil, vivenciavam esses





acontecimentos e se habituaram a frequentar o Grêmio da Faculdade. Não é, portanto, estranho que tivessem consciência do autoritarismo que permeava toda sociedade e a vida escolar.

Em fins de setembro, o Conselho do Departamento de Educação nomeou uma comissão integrada por Maria José Werebe, Amélia D. de Castro, José Augusto Dias e pelo diretor do CA Clóvis da Silva Bojikian para elaborar um anteprojeto de revisão do regulamento do CA, porque se aproximava a renovação do 3º convênio da FFCL com a Secretária de Educação. O documento foi entregue com voto contrário de Amélia D. de Castro. A desinteligência principal era em torno da questão da direção do colégio. O anteprojeto concentrava os poderes de decisão na mão do diretor do estabelecimento, o que alterava substancialmente as funções dos Serviços de Orientação Educacional e do Serviço de Orientação Pedagógica.

Em tensa reunião de 3/10<sup>8</sup> o CD dispensou a leitura do anteprojeto do regulamento e, após explicações orais da comissão, rejeitando-o sumariamente. Por proposta do conselheiro Maciel de Barros foi aprovada diretriz geral que vinculava a direção do colégio à Cadeira de Metodologia Geral do Ensino, o que reforçava a posição do SOP. A redação do novo anteprojeto foi atribuída à Domingues de Castro, desautorizando os autores do texto anterior, com voto contrário de Maria José Werebe. (Ata do CD de 3/10 67).

Encerrada a reunião, Clovis Bojikian perguntou ao professor Quirino se a resolução tomada colocava em risco a renovação de sua contratação, foi-lhe respondido que sim. No mesmo dia Clovis informou professores e alunos que sairia da direção e que esta seria entregue à Cadeira de Metodologia.

Alunos reunidos em assembleia resolveram apresentar um Manifesto dirigido à Amélia D. de Castro, afirmando que o CA era para alunos e não para estagiários do SOP. Reivindicavam participação nas decisões sobre o regulamento da escola e prestaram irrestrito apoio ao diretor Clovis Bojikian, protestando contra sua saída da escola.

Nos dias seguintes várias informações contraditórias circularam pelo CA sobre as deliberações do DE. Tentando esclarecer os fatos, em nome do DE, Amélia A. D. de Castro convocou reunião com professores no dia 9 de outubro às 18 horas. Abertos os trabalhos, a professora distribuiu textos do regulamento vigente e da proposta do anteprojeto aprovado, e demorou-se em ler uma explicação sobre esses documentos. Vendo que o encontro se prolongava e precisando estar às 20h reunião, em outro local com a presença de pais e alunos,

---

<sup>8</sup> Ata da 9a. Reunião Extraordinária de 03/10/67. Pres. José Querino Ribeiro. Presentes: M. J. Werebe, Amélia A. D. Castro, Roque Spencer Maciel de Barros, Moysés Brejon, João Eduardo Villalobos, Heládio César Gonçalves Antunha, José Augusto Dias Dias, e Scipione di Pierro Neto e Clóvis Bojikian.



Clovis Bojikian encerrou abruptamente a reunião, interrompendo a fala da oradora, para surpresa dos presentes (CASTRO, Depoimento de 21/12/67).

Ato contínuo, na assembleia das 20h, foi eleita uma comissão de pais, em sua maioria membros da ASACICA<sup>9</sup>, para intermediar o diálogo entre os alunos e o DE. Como primeira medida foi redigido apelo ao DE para que reconsiderasse as decisões tomadas com referência ao Regulamento do CA.

A rivalidade entre os dois responsáveis pelo SOE e pelo SOP espalhou-se entre instrutores de ensino e professores que, sabedores das resoluções tomadas pelo DE, dividiram-se de acordo com seus vínculos com Werebe e Domingues de Castro. Professores dos cursos regulares do Clássico e do Científico, em consonância com as reivindicações de seus colegas e alunos, também optaram por um dos dois lados.

Diversos documentos passaram então a circular na escola, a saber: abaixo-assinados de professores e coordenadores dirigido aos pais e alunos explicando tomada de posição de apoio ou repúdio ao anteprojeto de regulamentação da escola, manifestação de desagravo a Clovis Bojikian, denuncia de professores responsabilizando o DE pela crise que se instalara no CA, pedidos de professores e alunos para que o DE recolocasse em pauta a questão da reformulação da estrutura do CA para que pudessem participar da elaboração de nova proposta. (Anexos 19 e 20 apresentados por Werebe à Comissão de Sindicância da FFCL).

Presidida por José Querino Ribeiro, vice-diretor em exercício, realizou-se reunião do DE, no dia 11/10/67<sup>10</sup>. Foi realizada a votação para novo diretor e vice do DE, sendo eleitos: Roque S. Maciel de Barros e Amélia A. D. de Castro. Foram lidos manifesto da comissão de pais do CA, apelo feito pelos alunos a favor do diretor do CA e moção dos alunos de Pedagogia contra o DE.

Não houve resposta a nenhum dos vários protestos apresentados, nem mesmo ao Ofício de Walter Leser, secretário interino da Educação de SP ao Diretor do DE pedindo “harmonia e adiamento de qualquer providência que pudesse alterar o funcionamento do CA”. Os termos foram considerados ofensivos por J. E. Villalobos, indignado o conselheiro defendeu a proposta de devolver a carta, sem nenhuma resposta ao remetente e, ao mesmo tempo, denunciar o convenio do CA com a Secretaria.

---

<sup>9</sup> Direção da ASACICA presidente Fernando Figueiredo, vice Bolívar Azzi Lopez e Tereza Fontana Lopez, tesoureiro Vicente Luiz Filho. Membros atuantes Roberto Pastana Câmara, Germínio Nazário, Riad e Alice Arida, Mario e Fanny Feller, André Wainer, casal Roberto Gusmão, casal Nockbloc, Eunice Tarzia, Estella Goldstein entre outros. (entrevista de Tereza Fontana Lopez, em 06 de outubro de 2006)

<sup>10</sup> Presentes M.J. Werebe, Amélia D. de Castro, Roque S. Maciel de Barros, Moisés Brejon, João Eduardo Villalobos, Heládio Antunha, D'Olim Marote e Roberto Moreira.



A nova diretoria do DE foi empossada e Roque S. Maciel de Barros assumiu a presidência, dando continuidade aos trabalhos. Amélia A. D. de Castro afirmou que Clovis provocou a crise no CA ao comunicar a alunos, professores. e funcionários que ele seria substituído, criando clima emocional contra o DE e o Setor de Metodologia do ensino. Dessa forma o SOP ficou sem possibilidade de continuar trabalhando no CA.

M. J. Werebe que em defesa de Clovis B. informou a decisão do DE. antes que esta chegasse por outras fontes aos alunos, o que infelizmente aconteceu. Alguns instrutores confundiram os alunos fazendo relatos controversos. Ainda esclareceu que houve reunião de pais, em sua casa, para saldar dívida da escola com Órgão de Cooperação Escolar, feita para concertos urgentes do prédio. Não desejavam que ao sair Clovis Bojikian deixasse déficit orçamentário ao seu sucessor, pois reconheciam seu esforço excepcional no trabalho.

A seguir J. Querino quis dar explicações sobre seu papel nos acontecimentos. Nunca imaginou que sua resposta a Clovis no dia 3/10 acarretaria uma crise. Explicou ter autorizado Amélia A. D. de Castro a convocar reunião de professores no CA, em nome do Conselho. Erroneamente, perguntado sobre como seria constituída a direção do DE, respondeu em boa fé que Werebe responderia pela direção do DE, como livre-docente mais antiga, esquecido que Regimento do Departamento já estava em vigor, portanto haveria eleições.

Amélia A.D.de Castro propôs o afastamento imediato de Clovis Bojikian de suas funções, pois não havia mais condições de trabalho na escola. Werebe, por sua vez, insistiu que se preservasse a idoneidade do diretor e que ele fosse colocado à disposição do DE. Essas propostas não foram votadas imediatamente, pois resolveu-se que Clovis B. deveria ser ouvido.

Como ele esperava fora do recinto, foi chamado e informado das propostas. Houve inquirição da parte dos membros do Conselho sobre sua conduta. Manteve sua posição, e disse ter informado alunos e professores do CA, pois com mudança de estruturas ele se afastaria da direção, não se considerava por isso responsável pela crise. Quanto ao movimento dos alunos, estava fora de sua alçada.

Maciel de Barros agradeceu a presença de Clovis, bem como a de Scipione e José Augusto Dias e pediu que se retirassem para se proceder à votação das propostas. Imediatamente houve votação, a primeira proposta sobre a devolução imediata do CA à Secretaria da Educação foi rejeitada e a segunda acerca do afastamento de Clovis Bojikian foi aprovada com voto contrário de M. J. Werebe.

Chamado novamente, Clovis foi informado que o CD resolveu afastá-lo da direção do CA, ressalvadas sua idoneidade profissional e moral. Continuará como instrutor do DE, caso desejasse.



Como a situação atingira um impasse, os membros do Conselho delegaram a Maciel de Barros plenos poderes para indicar novo diretor para o CA (Ata da Reunião do CD, 11/10/67).

Em caráter provisório a direção foi assumida por José Augusto Dias, que permaneceu no cargo apenas três dias, quando foi indicada Julieta Ribeiro Leite, coordenadora das Classes Integradas. No mesmo dia, os alunos CA decretaram greve. Diversos abaixo-assinados de professores e coordenadores passaram a circular, explicando aos pais e alunos sua posição diante da crise.

Pretendendo contornar as dificuldades do momento o DE, por sugestão de seu diretor, suspendeu as aulas até o dia 19/10. Nesse interim, foram negadas duas solicitações de Maria José Werebe no sentido de reabrir as discussões sobre o anteprojeto, tendo o DE permanecido intransigente às solicitações dos pais em reconsiderar suas decisões. Maciel de Barros passou então a veicular comunicados aos pais pelo jornal O Estado de S. Paulo.

No ambiente conturbado do colégio não tardaram a surgir, entre os oponentes, denúncias recíprocas de que posições ideológicas estavam pesando na condução da crise. Os membros do DE e assistentes da professora Amélia D. Castro foram rotulados de direitistas e os integrantes do SOE, dirigido pela professora Maria José Werebe, de esquerdistas. (Castro. Depoimento, São Paulo, 21/12/67.).

Alunos do Curso de Pedagogia da FFCL divulgaram um Manifesto, datado de 12 de outubro, contra as arbitrariedades do DE e da cadeira de Metodologia Geral do Ensino, pela saída do prof. Clóvis do CA. Denunciavam o acontecido como um golpe baixo que o grupo reacionário havia perpetrado contra a prática da Orientação Educacional na Faculdade, privilegiando a Metodologia do Ensino. Vinculavam esse golpe com a reestruturação da USP sob as diretrizes do acordo MEC-USAID.

Novos agentes passaram a intervir no conflito assumindo papel de importância; o Conselho Técnico Administrativo e a Congregação da FFCL<sup>11</sup>. Esses colegiados foram presididos no período da crise pelo diretor da FFCL Mário Guimarães Ferri, e os vice-diretores Eurípedes Simões de Paula e Erwin Theodor Rosenthal. As atas revelam que os grupos moderados e de esquerda atuaram mais na gestão de Simões de Paula, enquanto os de direita alinhavam-com G. Ferri e E.T. Rosenthal.

---

<sup>11</sup> Mário Guimarães Ferri foi diretor da FFCL de 1961 a 1968 e Vice-reitor da USP, tendo sido Reitor em exercício em 1967 e 1968. Eurípedes Simões de Paula foi vice-diretor de Ferri e diretor da FFCL de 1968 a 1972, tendo sido seu vice-diretor Erwin Theodor Rosenthal.



Havia oposição a Ferri pois, como vice-reitor não conteve a ação dos IPMS. O professor Mário Schenberg chegou mesmo a impetrar mandado de segurança contra suas ações. Acusavam-no por não ter se pronunciado contra a perseguição a professores e prisão de alunos, nem protestado pela destruição do Grêmio por forças da repressão.

Além disso, tendo no horizonte a reforma universitária, discutia-se a criação de institutos e faculdades e lutava-se por fatias do orçamento, concursos e cargos que atendiam interesses pessoais, políticos e ideológicos.

Dispostos a dividir a responsabilidade e resolver rapidamente a greve dos alunos, do CA professores do Conselho do Departamento de Educação recorreram a seus aliados no CTA. Compareceram a várias reuniões do Colegiado para explicar a crise do CA.

### **Agonia de uma instituição**

Em 19-10, alunos em greve faziam piquete na porta do CA, quando ouviram sirenes de carros policiais e assustados entraram no prédio. Após rápida assembleia, o aluno Sérgio Rubinstein comunicou aos professores presentes que havia sido decidida a ocupação do Colégio e este seria considerado território livre. Professores<sup>12</sup> teriam prazo para deixar o Colégio e os alunos trariam, oportunamente, professores de sua confiança para fazerem palestras. Exigiam o afastamento de Julieta R. Leite da direção e a participação de alunos e professores na elaboração do novo regimento interno. Foi negociado com os alunos o funcionamento da Secretaria e da Diretoria e estabeleceram-se plantões de professores, impedidos, contudo, de entrar no território livre.

No mesmo dia, Roque S. M de Barros compareceu à reunião do CTA e fez o seguinte relato:

Hoje vários alunos tentaram impedir a entrada da diretora. Logo após chegaram policiais do DOPS, mas estes a pedido da diretoria não invadiram o prédio, tendo sido solicitado que os alunos que se encontravam dentro do edifício, abandonassem o local. Convocou então reunião do Departamento de Educação para discutir o assunto e nessa reunião foi aprovada, com voto contrário da Profa. Maria José Werebe a seguinte proposta: “Em face das lamentáveis ocorrências com o CA, o Conselho do Departamento de Educação resolve propor ao CTA a devolução do CA a essa Secretaria de Estado. Esta decisão do Conselho do Departamento foi maduramente tomada, esgotados todos os recursos de entendimento possíveis”. (Ata do CTA, 19-10-67)

---

<sup>12</sup> Estavam presentes Amélia D. de Castro, Julieta Ribeiro Leite, Bernardo Isler, Scipione de Pierro Neto e Sílvia Magaldi. Chegaram depois Roque Maciel de Barros e Heládio Antunha.



Em seguida foi lido ofício enviado pela professora Maria José Werebe, solicitando a reabertura da discussão no que diz respeito à entrega da direção do Colégio à Cadeira de Metodologia Geral do Ensino, o que já havia solicitado ao Conselho sem sucesso. Também, contrária à decisão do CD julgava fundamental a manutenção do CA como instituição vinculada à Faculdade. Após intensa discussão com professores do CD que entraram no plenário, resolveu o CTA que a entrega do Colégio à Secretaria poderia dar margem a comentários desfavoráveis à Faculdade e que nenhuma medida seria tomada enquanto os alunos permanecessem ocupando o prédio (Ata do CTA, 19-10-67).

Enquanto durava a greve, considerável número de pais de alunos permanecia na frente do colégio querendo notícias de seus filhos. Traziam alimentos roupas e medicamentos, temiam uma intervenção da polícia, anunciada várias vezes. A ASACICA promoveu vários encontros para avaliar a situação e tomar medidas cabíveis.

A Folha de São Paulo, cobrindo os acontecimentos desde o início, noticiou com detalhes a reunião de pais, realizada no Convento dos dominicanos na noite de 21 de outubro:

Foi a mais tumultuada das assembleias realizadas durante toda a crise. Após a leitura do relatório da comissão de pais encarregada, por uma assembleia anterior, de tentar uma solução para a crise, foi apresentado o pedido de demissão de todos os membros da diretoria da ASACICA 'dado o cansaço e algum descontentamento existente entre os pais'. A assembleia mostrou-se então dividida em duas facções: a primeira, dos pais que queriam a volta imediata às aulas, e a outra que defendia a posição de que o retorno às aulas deveria ser acompanhado do atendimento de um mínimo das reivindicações dos estudantes". Foi solicitado ao diretor da Faculdade, Prof. Erwin Theodor Rosenthal, que intermediasse o impasse entre DE e os ocupantes do CA.<sup>13</sup>

Mediante a complexa conjuntura, pretendendo aproximar-se de seus alunos, professores e orientadores reuniram-se em assembleia, mas não chegaram a um consenso. Surgiram, então, dois abaixo-assinados, um pedindo a demissão da diretora e outro contra essa medida (Werebe, Depoimento, 02/01/68, Anexos 21 e 22).

Percebendo que deveria haver uma tentativa de resolver o litígio, na madrugada do dia 22 os professores Roque Maciel de Barros, Amélia D. de Castro e Erwin T. Rosenthal encontraram-se no CA com os alunos. O diálogo foi ríspido de ambas as partes, tendo os estudantes solicitado prazo até o dia 23, quando realizariam uma assembleia geral, para responder ao diretor e, provavelmente, encerrar o movimento.

---

<sup>13</sup> Os pais dos alunos compunham duas Associações: o ÓRGÃO DE COOPERAÇÃO ESCOLAR e a ASACICA. O ÓRGÃO reunia pais, professores e alunos, mas estes tinham pequena participação. A ASACICA era constituída de pais de alunos das classes integradas.



Os professores não aguardaram o dia seguinte, encontraram-se no hotel Danúbio com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Cel. Sebastião Ferreira Chaves, pedindo o cerco do prédio com prazo para a retirada dos alunos. Chaves pediu a Rosenthal que fizesse o pedido por escrito, em nome da FFCL. Repetia-se a mesma medida usada por Laerte de Carvalho, em Brasília.

O Secretário atendeu ao pedido e encarregou o Delegado Adjunto, Dr. Alcides Cintra Bueno Filho da Dependência Especializada de Ordem Política e Social–DEOPS para sua execução.

A ação se efetivou no mesmo dia às 22:00 quando chegaram ao colégio, pela segunda vez, carros da polícia, com sirenes ligadas, agora com maior número de agentes, transportando investigadores do DOPS e 20 guardas. Estes não se limitaram a ficar do lado de fora, invadiram a escola desocupando-a em poucos minutos.

Foram veiculadas versões opostas em torno do uso da violência na expulsão dos alunos, dividindo todos os envolvidos. Diversos depoimentos orais de alunos e pais afirmaram terem seus filhos sofrido empurrões, tapas e caído no chão. Dois alunos ficaram várias horas detidos no DOPS, onde sofreram interrogatórios abusivos. Para O Estado de S. Paulo não houve espancamentos, enquanto a Folha de São Paulo publicava diversas declarações de vítimas, afirmando o contrário.

Os documentos encontrados no arquivo do DEOPS sobre os acontecimentos do CA, embora em grande parte cifrados e previamente escoimados, evidenciam um aparato institucional ainda em montagem com vasta rede de informantes e, muitas vezes, registrando dados imprecisos ou errados. Para esse órgão o movimento estudantil secundarista e universitário integravam-se, usando as mesmas táticas e estratégias subversivas.

Várias escolas foram apontadas como suspeitas de abrigar alunos e professores subversivos; Colégio Caetano de Campos, Colégio Marina Cintra, Colégio de Aplicação, Instituto de Educação Anhanguera, Escola Técnica de Comércio Olavo Bilac, Escola Técnica de Comércio Washington Luís, Colégio Profa. Zuleica de Barros, Grupo Escolar Miss Brown, Colégio Estadual Prof. Eurico Figueiredo. Paradoxalmente, os Colégios Vocacionais, que sofreram forte repressão, não foram mencionados nesse acervo.

Sob a rubrica Colégio de Aplicação, encontram-se documentos identificados pelo nome de pessoas que viveram os acontecimentos do CA 1967. Não há transcrição dos depoimentos realizados, unicamente constam em cada dossiê informações do Serviço Secreto sobre a crise do CA e a situação da FFCL. Há documentos sobre investigação de pessoas detidas ou suspeitas de subversão de 1968 até provavelmente 1979, que tenham mencionado ter sido



alunas ou conhecer militantes do CA por meio do movimento estudantil. Muitos mencionados foram presos, torturados e mortos.<sup>14</sup>

No que tange especificamente ao CA, os agentes contaram com minúcias como se desenrolaram as reuniões do DE, as assembleias, atribuindo a maior responsabilidade pelo início da crise a Clovis Bojikian pelo desencadeamento da crise e acusando alguns professores de terem insuflado a ocupação do prédio e a decretação da greve. Elogiaram o comportamento de Maciel de Barros, E. Rosenthal, Julieta R. Leite, e o Setor de Metodologia, dirigido por Domingues de Castro, como se nota no excerto do ofício do delegado Alcides Bueno Cintra ao Diretor do DOPS Francisco E. Sertório Canto<sup>15</sup>:

(...) Nessa conjuntura, o Prof. Roque de Barros, a Prof. Julieta Ribeiro Leite e mais uma plêiade de professores abnegados, desenvolveram intensa atividade, procurando esclarecer, orientar e persuadir não só os alunos como os seus respectivos pais, para uma tomada de posição, que viesse restabelecer, dentro de um clima de ordem e disciplina, um diálogo, visando solucionar a greve. Fracassadas todas as tentativas suasórias, a fim de fazer valer a autoridade dentro do próprio Colégio de Aplicação, ocupado por alunos que timbravam em não reconhecer sequer a presença das autoridades escolares, o Prof. Erwin Theodor Rosenthal oficiou ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, para as providências cabíveis. Encaminhado o expediente a este Departamento, houve por bem V.Sa. designar a Delegacia Especializada de Ordem Política para, dentro de sua competência, resolver esse problema estudantil. De comum acordo com o Prof. Roque de Barros, dirigimo-nos, por volta das 22 horas (...) onde está situado o Colégio de Aplicação, a fim de encontrar uma solução pacífica para o caso. Com a chegada, de surpresa, da caravana policial, com as sirenes abertas, e os Guardas Civis, em grande número, isolando o edifício, o fato causou efeito psicológico muito grande, uma vez que os pais que se encontravam à porta do Colégio, dando cobertura aos grevistas, começaram a gritar e, após a nossa entrada no interior da Escola. (...) Não houve nenhuma ofensa à integridade corporal de nenhum aluno, dada a rapidez da movimentação da ação policial. De se lamentar, profundamente, a atitude passiva dos pais dos grevistas que, em lugar de cooperar com as autoridades escolares, demonstraram, publicamente, que de há muito perderam o pátrio poder, uma vez que não esboçaram nenhuma atitude, sequer de simples reprovação, face à promiscuidade que reinava no interior do Colégio, ensejando caso típico de assunto da competência do Juizado de Menores (Cintra, Ofício, 20/10/67, p. 2 a 15).

<sup>14</sup> Os detidos foram identificados como pertencentes a organizações políticas de várias tendências como: Partido Comunista Brasileiro - PCB, Partido Operário Comunista - POC, Movimento de Libertação Popular - MOLIPO – , Ação Popular - AP, Ação Libertadora Nacional - ALN, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-PALMARES, OPP, Vanguarda Popular Revolucionária – VPR.

<sup>15</sup> Arquivo do DOPS. 50-H-32-437, fls. 2 a 15, Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.





## Agonia de uma instituição

Em 23 de outubro foi reaberto o CA, com policiais na frente do prédio. Alunos entraram em atrito com um dos guardas que os hostilizou, e a TV que estava na porta filmou e divulgou o episódio. Vendo o perigo que representavam essas atitudes, professores fizeram um abaixo-assinado pedindo a retirada da guarda e recorreram à deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo para pedir ajuda.

Além dos jornais que noticiaram fartamente os acontecimentos, a questão do CA tomou uma dimensão política inesperada. Pais de alunos entregaram ao deputado Chopin Tavares de Lima, líder do Movimento Democrático Brasileiro, um abaixo assinado delatando “a insólita e brutal agressão policial de que nossos filhos foram vítimas, sob os olhares cúmplices de professores quando tinham decidido desocupar o Colégio no dia seguinte e voltar às aulas, se os educadores aceitassem a mediação do Prof. Dr. Erwin T. Rosenthal”, e concluíam:

O ataque policial representou, portanto, a culminação de uma atitude de intransigência cega de professores que, não sabendo se fazer amar por seus alunos, preferiram basear-se na ameaça de punições e na utilização da força, furtando-se ao diálogo requerido pelos secundaristas. Seguem-se as assinaturas dos pais de alunos. (ABAIXO-ASSINADO DE PAIS, DO, n. 203, 25/10/67).

Após a leitura vários deputados apoiaram inteiramente alunos e seus pais, responsabilizando o governador Roberto de Abreu Sodré, da Aliança Renovadora Nacional–ARENA, partido que apoiava a ditadura militar, pela complacência para com os órgãos da repressão. A Comissão de Educação e Cultura, sob a presidência do deputado Raul Schwinden do MDB <sup>16</sup> quis ouvir os presentes sobre a invasão policial. Vários alunos narraram as circunstâncias em que foram agredidos e alguns identificaram os guardas pelo número que portavam.

Sergio Rubinstein, presidente do Diretório Estudantil do CA, leu um comunicado corroborando com o manifesto dos pais, no qual esclarecia vários pontos controversos, afirmando que não houve premeditação na ocupação do prédio e que todas as decisões haviam emanado de assembleias, onde não havia elementos estranhos ao CA.

---

<sup>16</sup> Professor titular da escola Caetano de Campos. Eleito Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, tornou-se fundador do MDB, em decorrência da extinção do pluripartidarismo. Como Deputado, Raul Schwinden presidiu, por várias vezes, a Comissão de Educação da assembleia. Em 1969, teve seu mandato de Deputado cassado pela Ditadura Militar.



O deputado Fernando Perrone<sup>17</sup> perguntou se algum dos pais presentes entrou no Colégio durante a ocupação. Apresentou-se Bernardo Rubinstein alegando que estava aguardando o resultado de um ofício que a comissão de alunos estava endereçando ao Prof. Erwin Rosenthal, quando se aproximaram duas viaturas policiais, seguidas de dois carros onde se encontrava elevado número de guardas-civis.

Os pais de alunos, apavorados com as sirenes policiais, entraram no saguão principal da escola aturcidos. Nesse mesmo instante de seis a oito elementos do DEOPS investiram a pontapés sobre o portão principal do CA, abrindo-o às escâncaras e agredindo sem dó nem piedade todos os que lá se encontravam, ou seja, pais, mães e alguns professores, que foram empurrados com violência para fora, no pátio. Enquanto isso se passava, os mesmos investigadores, acompanhados de vários guardas-civis, ingressaram no prédio e não atenderam pais que gritavam em socorro dos filhos, nem a mães que gritavam pedindo piedade em relação aos menores que lá estavam. Nada conteve a sanha dos investigadores que, pouco depois, conduziam os menores para fora do prédio empregando indescritível violência. Diretores e alguns professores mantiveram-se indiferentes ao que lá se passava (Depoimento. D.O. n. 203, 25/10/67).

Contradizendo as alegações de que havia promiscuidade entre os estudantes, a professora Susana Amaral Cruz Sampaio, fez questão de acentuar a seriedade dos alunos:

Nós professores, tínhamos um sistema de revezamento, para nos manter no prédio. Sempre havia mais de três ou quatro professores presentes. As noites que passei lá estive em conversa com os alunos mais velhos, o que assisti, simplesmente, era uma comvente tentativa de se mostrarem adultos, aqueles adultos que tentamos formar no Colégio de Aplicação, responsáveis por si e por seus atos. Havia dormitórios de meninos e dormitórios de meninas. Os mais novos não conseguiam se manter acordados a noite inteira. Jamais vi qualquer atitude que me levasse à ideia da alegada promiscuidade (Depoimento. D.O. n. 203 de 25/10/67).

Encerrando a sessão, o deputado Raul Schwinden explicou que havia acertado com o DE uma sugestão de acordo, que iria apresentar na assembleia de pais e alunos, marcada para às 20 horas, na Faculdade de Filosofia:

O que ficou assentado na presença do Prof. Roque foi isto: não haverá punição para os professores, nem alunos até a data de hoje. A diretora retira a polícia desde que os estudantes se comprometam, por escrito, a não reocupar o prédio. Se reocuparem o prédio o Departamento entregará o caso à justiça para

---

<sup>17</sup> Elegeu-se em 1966 ao cargo de deputado estadual pelo MDB. Foi membro, no período de 1967/1969, das comissões permanentes de economia, de divisão administrativa e judiciária e de serviço civil. Foi escolhido o melhor deputado do ano de 1967, por sua defesa da Educação. Teve seu mandato cassado pelo ato institucional nº5.



resolver. A comissão encarregada do anteprojeto de estruturação do Colégio de Aplicação receberá sugestões por escrito dos alunos, que serão enviadas à Profa. Amélia Americano, encarregada da elaboração do anteprojeto. A diretora propõe-se a receber uma comissão composta de representantes de classe para conversar sobre os planos de suas atividades dentro da escola depois que entrarem em aula, e aceita a assessoria de um aluno indicado pelo DECA. (Sugestão de acordo. D.O. n. 203, de 25/10/67).

O exame da documentação consultada, não esclarece se acordo foi firmado. Revoltada com os acontecimentos, Maria José Werebe apresentou à Congregação da FFCL, no dia 6 de novembro contundente ofício, acompanhado de volumoso relatório, contra as atitudes do Conselho do D.E. com cópia para o prof. Maciel de Barros. Este convocou imediatamente uma reunião do Conselho para apreciar o documento e, após ponderações, foi resolvido solicitar ao diretor da FFCL a instauração de uma Comissão de Sindicância para que se apurassem as responsabilidades com relação aos sucessos do CA. Em atitude inédita na história da FFCL o Conselho declarou a Profa. Maria José Werebe *persona non grata*.

Como a Congregação estava em sessão permanente, as resoluções do DE foram apresentadas no dia 16 de novembro. Maciel de Barros contestou o relatório apresentado por Werebe por considerá-lo dúbio, omissivo e incorreto, no que foi contestado por Emília Viotti da Costa. Apresentou, também, o pedido de instauração de uma Sindicância para apurar responsabilidades no caso do CA. Houve muita discussão a respeito, mas o pedido foi aceito.

Na mesma reunião, renunciando ao cargo de vice-diretor em exercício, Erwin T. Rosenthal fez um balanço dos sete meses que esteve à testa da Faculdade e relatou circunstanciadamente três crises que abalaram a instituição nesse período, a dos excedentes, a do CA e a invasão Grêmio dos alunos pelos mackenzistas no dia 26 de outubro. O Prof. Eurípedes Simões de Paula o substituiu, na qualidade de decano da Congregação.

Atendendo a petição do DE foi nomeada uma Comissão de Sindicância sobre a crise do CA, no dia 20/11, sob a presidência do Professor Eduardo D'Oliveira França, composta pelos professores Ruy Coelho, Antônio Brito da Cunha, Armando Toniolli, Antônio Candido de Mello e Souza, substituído por Aziz Ab'Saber em fevereiro de 1968 e, como secretário, Rubens Alfredo de Pilla.

Os trabalhos da Comissão, iniciados em 6 de dezembro, deram origem ao volumoso processo nº 2624/67 da FFCL, com mais de 800 páginas.<sup>18</sup> O estado deteriorado e lacunar da documentação não permite saber se houve reuniões após 03/01/69, data da última página encontrada, ou se houve um parecer final. Tratar de forma circunstanciada esse conjunto

---

<sup>18</sup> O Processo n. 2624/67, está arquivado na FFLCH, no edifício da Administração.



documental, ultrapassaria o objetivo mais amplo deste texto, embora já tenham sido citados trechos de diversos depoimentos ao longo da narrativa dos eventos mencionados.

Contudo, algumas anotações, podem oferecer uma visão sucinta sobre os trabalhos da Comissão. Suas reuniões estenderam-se em demasia, muitos documentos foram anexados ao processo, por solicitação da Comissão ou trazidos espontaneamente pelos depoentes. Assim a tarefa foi se desdobrando além do prazo estipulado pelo Diretor da Faculdade, que era fevereiro de 1968.

Seus trabalhos foram embaraçados por grave crise estudantil no interior da USP, acompanhada de violenta repressão o movimento estudantil. Pode-se aventar, ainda, não ter a Comissão divulgado seu parecer final em razão das discussões sobre a Reforma Universitária, que mobilizou a sociedade acadêmica e selou o esfacelamento da Falem vários Institutos científicos e a Faculdades. Em janeiro de 1970, o Departamento de Educação transformou-se em Faculdade de Educação.

Primeiramente foram ouvidos pela Comissão, em dezembro de 1967, o Diretor Erwin Theodor Rosenthal e os membros do Conselho do Departamento de Educação (CDE) José Augusto Dias, Roque Spencer Maciel de Barros, Amélia Americano Domingues de Castro e Maria José Garcia Werebe, cujo depoimento se prolongou até janeiro de 1968, mês em que foram ouvidos Heládio C. Gonçalves Antunha e João Teodoro D'Olim Marote.

De janeiro a novembro de 1968, foram chamados a depor: Boris Schnaiderman, professor da FFCL e pai de aluno; Maria Luiza V. de Barros, secretária administrativa do CA; Sylvia Magaldi, professora e instrutora voluntária do DE; Julieta Ribeiro Leite, diretora e orientadora; Scipione de Pierro Neto, professor e instrutor do DE; Clovis Bojikian, diretor e instrutor do DE. Há, ainda depoimentos de alunos, entre eles Sérgio Rubistein, presidente do Diretório Estudantil do CA e de membros da ASACICA e do Órgão de Cooperação Escolar.

A voz da Comissão só se fez ouvir nas perguntas endereçadas aos depoentes e, como seu presidente imprimiu ao registro dos depoimentos caráter jurídico formal, não foi declinado o nome do arguidor, portanto tornou-se impraticável identificar a postura de cada integrante da sindicância.

No entanto, percebe-se que a inquirição feita aos depoentes Maciel de Barros e Erwin Rosenthal, à guisa de esclarecimentos, continha um tom censura implícita pela conduta autoritária por eles assumida, principalmente a decisão conjunta de solicitar a intervenção dos órgãos de segurança, sem conhecimento do CTA, da Congregação e dos professores do CA.

Quanto às decisões do DE todos seus membros foram interrogados sobre não terem apreciado o projeto elaborado pela comissão e por terem atribuído à Cadeira de Metodologia a



tarifa de reformular o regulamento, sem conhecimento dos professores do CA. O Presidente Eduardo D'Oliveira França, que havia solicitado a entrega das atas do Departamento de Educação, chamou atenção para sua redação sucinta, não registrando claramente as proposituras e divergências do plenário.

O primeiro depoimento, em 18/12/67, o mais curto de todo o processo com apenas duas folhas, foi o do Diretor Erwin Rosenthal. Entregou à Comissão manifestos de estudantes do CA e do Grêmio da FFCL, ofício de pais de alunos, protesto de professores do CA, todos referentes à invasão policial daquele estabelecimento.

Em síntese, relatou sua participação nos acontecimentos, da mesma forma que já o havia feito ao CTA. Mediante a ocupação do prédio, procurou o Secretário da Educação, este alegou não desejar interferir na questão, deixando as providências a critério da Faculdade. Diante disso, “o professor Roque Maciel de Barros pediu-me licença para então agir como julgasse conveniente, tendo eu concordado”.

Na madrugada do dia 21 de outubro foi ao Colégio, onde havia se realizado uma assembleia de pais muita agitada com a presença de A. Domingues de Castro. Juntamente com Maciel de Barros falaram com os alunos às quatro horas da manhã e não conseguiram que estes abandonassem o prédio.

Saíram então os professores e foram a seguir procurar o Secretário de Segurança às seis horas da manhã em sua residência no Hotel Danúbio. Recebidos expuseram a situação e pediram a interferência da polícia para cercar o prédio, apresentando por indicação do Secretário um ofício nesse sentido. (ROSENTHAL, 18/12/67, p.36).

Continuou o diretor, tendo o Colégio sido invadido às 23:30 do dia 22, um domingo, procurado na segunda-feira pela Profa. Maria José Werebe, “muito emocionada”, devido a violência acontecida na retirada dos estudantes. Junto com a professora procurou o delegado Dr. Alcides Cintra Bueno, encarregado da diligência, que assegurou terem os alunos saído “no berro sem violência”.

Acrescentou, surpreendentemente,

Dois dias após a invasão, recebendo a visita do delegado Alcides Cintra Bueno, entregou a ele um ofício dirigido ao Secretário da Segurança, elogiando a presteza da polícia, embora desaprovando a invasão. Entendia o diretor que a polícia excedeu ao que lhe fora pedido, mas que agiu da forma mais discreta possível (ROSENTHAL, 18/12/67, p.37).



A única voz conciliadora foi a de José Augusto Dias que, em 18/12, ao dar sua opinião sobre a crise:

(...) declarou entender que ela deve ter resultado de uma série de equívocos e mal-entendidos envolvendo pessoas, todas elas de boas intenções e correção de atitudes. Considerava a disciplina do CA boa e só não era excelente talvez devido as deficiências do prédio: 'Normalmente os alunos não agiriam de forma insolente como chegaram a fazer durante a crise o que foi devido provavelmente à atmosfera de tensão e decepção em que se achavam'. (DIAS, 18/12/67, s/n/p).

Roque Spencer Maciel de Barros reiterando suas posições, apontou Maria José Garcia Werebe e Clóvis da Silva Bojikian como responsáveis pela crise do Colégio. Alegando que já havia feito relatório da situação à Congregação e ao CTA, depois de explicar todas as resoluções tomadas pelo DE, Maciel de Barros confirmou o relato do Prof. Erwin T. Rosenthal sobre a intervenção policial. Finalizando suas declarações disse:

(...) embora ele próprio tivesse tentado impedir a entrada da polícia, pode verificar estando presente que não houve qualquer excesso ou violência por parte dos policiais, apesar do noticiário em contrário que apareceu em alguns jornais que, diga-se de passagem, não tinham representante algum presente no Colégio naquele momento, os quais só chegaram depois do episódio. Do que possa ter acontecido fora do Colégio com os alunos que se retiravam não tem ciência. Declarou ainda que se outro fato dessa natureza viesse a ocorrer, de duas uma, ou pediria novamente a intervenção policial, nos mesmos termos em que o fizera, ou não se sentiria em condições de continuar na direção de um Departamento que obviamente tem o dever de zelar pelos próprios públicos entregues à sua responsabilidade (BARROS, 27/12/67, p. 118)

A radicalização de Maciel de Barros encontra-se também no depoimento de Amélia Americano Domingues de Castro do dia 21 a 28/12. Sua longa narrativa remonta a 1962, com informações sobre a organização administrativa e atividade dos Conselhos. Desde o início de suas declarações a Professora demonstrou-se ressentida pela maior projeção do SOE no espaço do CA. As considerações que tece sugerem conluios e usurpações.

Havia dificuldades na gestão de diretores nomeados pela Secretaria da Educação. Procurando solucionar os problemas com a direção do CA, a Profa. Maria José Werebe indicou o Prof. Clóvis Bojikian, instrutor em tempo integral do Departamento de Educação para o cargo, com concordância dos demais conselheiros. O SOP e o SOE tiveram seus regulamentos aprovados pelo Órgão de Planejamento e não, como deveria ser, pelo Departamento de Educação. O diretor levava problemas do Serviço de Orientação Pedagógica aos órgãos colegiados, quando deveriam ser resolvidos internamente, no próprio Serviço. Essa situação prolongava-se e as medidas de regulamentação foram proteladas em virtude de haver uma coincidência entre a entrada do



Prof. Bojikian e o exercício da direção do Departamento de Educação pela Profa. Maria José Werebe. Com a volta do Prof. José Querino Ribeiro para a direção do Departamento resolveu-se fazer a revisão do regulamento de acordo com a Departamentalização da FFCL. (CASTRO, 21/12/67, p. 144)

A seguir a depoente expõe as discordâncias no interior da Comissão que propôs o novo regulamento do CA, os debates na sucessão de reuniões do DE, assim como diálogos com Clóvis Bojikhian, tentando evitar seu comunicado às classes. Descreve o clima tumultuado das assembleias com pais de alunos e os vários encontros que teve com eles para solucionar a crise.

Perguntada sobre as responsabilidades na crise disse tratar-se de questão séria e constrangedora. Com franqueza e sem penetrar em indagação de intenções, entende que o Prof. Clóvis Bojikian desencadeou a crise e que é lamentável que Da. Maria José Werebe nada tenha feito para obstar seu desenvolvimento, procurando prejudicar a atuação do Departamento de Educação, pondo-se ao lado do Prof. Clóvis, dispondo ela de muito boas relações junto aos alunos e a muitos pais de alunos. (CASTRO, Comissão de Sindicância 22/12/67, p.148 e 149).

Após tantas acusações contra a Profa. Maria José Garcia Werebe a Comissão de Sindicância passou a ouvi-la em depoimento que se estendeu por três dias, a saber: 2, 3 e 5 de janeiro de 1968. Nota-se que seu depoimento foi tenso, em muitas ocasiões entrecortado de observações sobre o ensino e as condições do CA. Mencionou o problema das Atas do DE omitirem diálogos e declarações importantes, assim como o desrespeito dos conselheiros em relação ao anteprojeto. Considerou Bojikian vítima de irreparável injustiça por não ter sido avaliada a excelência de seu trabalho.

Referindo-se à reunião de 3/10 do Conselho houve muita conversa paralela e o ambiente estava muito tumultuado.

Nesta reunião não se leu o texto do anteprojeto. De início, porém houve uma proposta que o anulava, isto é, a entrega da direção do Colégio à Cadeira de Metodologia. Houve unanimidade na votação. Deseja a depoente explicar sua posição: ficou de tal maneira perplexa e perturbada com o andamento dos debates que ‘perdeu o pé’ e votou a favor. Menos que um voto foi um silêncio. As intenções de alijamento do Serviço de Orientação Educacional iam mais longe. Indagou então como ficaria esse Serviço nessa situação. Foi-lhe respondido que o Serviço de Orientação, dados os seus objetivos, deveria ser do Departamento de Educação. Percebeu a depoente haver intenção de mutilar totalmente o Serviço, que é mantido pela Secretaria da Educação com base em convênio próprio. O aniquilamento do Serviço viria a afetar o próprio curso de Pedagogia uma vez que a maioria dos alunos opta pelo conjunto de Orientação Educacional (WEREBE, Comissão de Sindicância 03/01/1968, p.168).



Como não houve reunião do CD para discutir a intervenção policial no CA, esta foi tomada de forma arbitrária por Maciel de Barros e Erwin Rosenthal, assim, só soube da invasão do Colégio posteriormente. Enviou ofício aos diretores da Faculdade e o CD reafirmando sua posição “qualquer que seja o problema numa escola, sou contrária à intervenção policial”. Depois desse ofício, e por causa dele, foi considerada ‘Persona non grata’ pelo CE.

Quis saber imediatamente do comandante da operação sobre como havia se dado a expulsão dos alunos, ela e o Prof. Erwin Rosenthal foram recebidos pelo Delegado do DOPS:

À depoente impressionou pessimamente o Delegado [Dr. Alcides Cintra Bueno Filho] como homem violento que conservava sua agressividade ao [ela] fazer seu relato em tom bastante elevado. Negou que tivesse havido violência. Para efeito psicológico ligara as sirenes. No seu Relatório [o Delegado] fala em promiscuidade que o levava a decidir a invasão. Não podia ter visto essa promiscuidade antes de decidir, pois quando entrara no edifício fora já para desalojar os estudantes. Disse que apenas um estudante de cabelos compridos e de sexo duvidoso fora empurrado com maior violência porque resistira. Perguntou-lhe sobre responsabilidade de quem invadira o Colégio. Ele respondeu: ‘Minha’ (WEREBE, Comissão de Sindicância 03/01/1968, p.169)

Como última citação de seu depoimento destacamos referiu-se ao momento em que os alunos estavam para deixar o CA quando a repressão os expulsou:

Perguntada sobre a quem fora comunicada pelos alunos a decisão de abandonar o prédio, respondeu que fora à Da. Julieta, diretora do Colégio, verbalmente pelos alunos, na presença de Da. Amélia Americano e de Da. Adélia Carelli, e de outras pessoas presentes na sala da Diretoria, meia hora antes da chegada da polícia. Estavam os alunos datilografando sua comunicação quando a polícia chegou, conforme declarou Sérgio Rubinstein, da comissão de alunos” (WEREBE, Comissão de Sindicância 05/01/1968, p.171)

As declarações da Profa. Werebe são denúncias da ilegitimidade e da precipitação dos professores em chamarem forças policiais. Relata mais um drama, a saída iminente dos estudantes surpreendidos pelos policiais, fato esse não mencionado pela Profa. Amélia A.D. de Castro.

O depoimento de Clóvis Bojkian para Comissão de Sindicância demorou 52 horas e, muitas vezes, coincidiu com interrogatórios no DEOPS. Seu último depoimento foi após um ano dos acontecimentos. Fez longas exposições demonstrando conhecer as propostas pedagógicas do CA, sempre acentuando acreditar em seu grande alcance. Seu relato e as perguntas que lhe foram feitas aclararam muitas questões abordadas por outros depoentes e





revelaram um diretor que se empenhou na construção da experiência do CA, em todos os sentidos. Sua narrativa dos fatos é semelhante ao que já foi mencionado.

Em linhas gerais declarou que as classes experimentais já estavam em andamento quando se tornou diretor, e o Serviço de Orientação estava se ampliando porque era muito procurado pelos alunos na FFCL, e seus estágios eram muito valorizados. Por outro lado, a demanda interna era grande, porque as classes experimentais eram uma experiência nova, que punha professores, alunos e pais diante de situações muito desconhecidas.

Explicou que a atuação dos orientadores era cada vez mais necessária a ponto de haver um para cada série ginásial, acompanhando muito de perto tudo que acontecia. Participavam das reuniões dos professores, assistiam aulas, compareciam ao curso de orientação sexual, conversavam muito com pais de alunos preocupados com o que estavam vendo, “os filhos aprendendo numa escola coisas que eles não tinham aprendido antes”.

Analisou também a expansão do SOE quando este se dispôs a atender estagiários de outras instituições, não só da USP. Era, portanto, um serviço que tendia a crescer, em quantidade, em qualidade, em projeção. Era um serviço grande demais para aquela instituição, só tinha sentido imaginando a abrangência desejável que poderia ter na Rede.

Quanto ao projeto do regulamento do CA, que não entrou em vigor, achava que era preciso estabelecer o “modus operandi” do cotidiano da escola, porque ele era muito dinâmico e muitas decisões precisavam ser tomadas, mas ficavam na dependência da reunião do DE. Três setores comandavam, o SOE, o SOP e o diretor, causando várias vezes sobreposição nas providências diárias. Tentando resolver a situação o projeto dizia que o CA seria dirigido por um Diretor, devendo o SOP e o SOE atuar como órgãos de assessoria na administração, mas exercendo subordinação técnica sobre, respectivamente, os professores e os orientadores. O DE rejeitou o projeto sem lê-lo e atribuiu nova redação a Domingues de Castro.

Percebeu o depoente que não permaneceria na direção e, como tinha hábito de ir às salas para fazer comunicados aos alunos, os informou do que havia acontecido na reunião do DE, porque tinha receio de que poderia haver alguma comunicação distorcida. Os alunos logo começaram a protestar contra as medidas do DE.

Concluindo, acrescentou que, ao voltar para a Faculdade em reunião do DE foi rigorosamente interrogado e o Conselho resolveu pelo seu desligamento. Não foi mais ao CA porque já estava desligado. (Atas da Comissão de Sindicância 22, 26, 29 /11-68 e 4, 9, 10,13,16 /12/68).



Esperando por meses, em vão, uma resolução do DE sobre sua situação funcional Clóvis da Silva Bojikian em carta de 2 de maio de 1968, dirigida ao Diretor Prof. Erwin Theodor Rosenthal, pediu demissão de seu cargo na FFCL.

No entanto o CA não acabou instantaneamente, durante os anos de 1968 e 1969 agonizou juntamente com seus pares, os outrora festejados colégios experimentais. Em agosto de 1968 alunos do CA participam de greves dos secundaristas na resistência à ditadura.

Como se depreende da leitura das Atas do CTA e da Congregação as resoluções referentes ao CA foram sendo proteladas, pois alegava-se que dependiam do parecer da Comissão, mas é possível que se tratasse da oposição política ao DE.

Em maio de 1968, o CA encontrava-se novamente em greve, apesar do esforço dos professores em manter o trabalho didático sem interrupções. Maciel de Barros dirigiu ofício ao diretor da FFCL, no qual expôs os problemas surgidos pela demora das conclusões da Comissão de Sindicância afirmando, de acordo com colegas do DE, que havia interesses políticos nas greves de 1967 e 1968: “ficamos num compasso de espera que, bem o sabemos, acaba sendo prejudicial à já deteriorada situação do Colégio”. Essa afirmação foi respondida duramente por França.

Em ofício ao CTA de 19 de agosto de 68, Maciel de Barros reclama que nenhuma reforma pode ser implementada no CA pela demora da C. de Sindicância em concluir seus trabalhos, provocando imediatamente contestação de Eduardo de Oliveira França.

Sem condições de trabalho a diretora Julieta Ribeiro Leite solicitou demissão de suas funções. Da mesma forma, Amélia Americano de Castro, em ofício de 21/8/68 solicitou a suspensão das atividades da Cadeira de Metodologia Geral do Ensino, enquanto não se restabelessem na instituição condições mínimas para o trabalho eficiente.

Em dezembro de 68, novamente insistindo na denúncia do convênio do CA, Maciel de Barros justifica a medida “para que a prática docente dos licenciados desta Faculdade seja feita em novos moldes, isto é, estágios em diversos estabelecimentos do ensino secundário. A solução, segundo consta, não impedirá a organização de um novo Colégio na Cidade Universitária” (Ata do CTA, 12-12-68, fs.137-138).

Sob risco da extinção do CA seus professores compareceram ao CTA e leram memorial discordando do Departamento de Educação. Mostravam os trabalhos realizados e a falta de ética em abandonar os alunos à sua sorte. Subliminarmente, era um manifesto em defesa da escola democrática, para eles ainda era possível manter o CA em atividade. (Ata do CTA, 19-12-68, fs.144).



A inadequação das iniciativas do DE agravaram a crise da FFCL, tendo em vista a ocupação do CRUSP pelo Exército, e a detenção pelo DOPS de vários estudantes e professores, resultado do Ato Institucional nº5, lido em 13 de dezembro de 1968 por Gama e Silva.

Sob a presidência do Prof. Eurípedes Simões de Paula, a sessão do CTA de 2-1-69 foi dedicada à discussão do drama do CA. Voltando à carga de ressentimentos pela crise do ano anterior, Amélia Americano de Castro levantou diversos aspectos do problema, apontando divergências entre os membros do Departamento de Educação e o Serviço de Orientação Educacional. Sua opinião era de que as técnicas deveriam ser provadas em colégios comuns da rede.

O Conselheiro Eduardo França, após formular diversas perguntas à Profa. Amélia Americano de Castro, disse que estava surpreso com a mudança total de posições, pois, agora o Departamento de Educação não mais deseja a vinculação do colégio. Discordou dessa medida, pois, no fundo não deixava de ser uma renúncia. Ao invés de se extinguir o colégio poder-se-ia remodelá-lo de acordo com o memorial que foi lido na última reunião do CTA

Maria José Werebe também foi ouvida tendo afirmado, em termos drásticos, que o CA deveria ser desvinculado do Departamento de Educação, contudo preservado como instituição, pois era um laboratório que estudava as realidades pedagógicas brasileiras. Desconhecia as razões apresentadas para a extinção do CA porque não foi convidada a participar das reuniões do Departamento (Ata do CTA de 2-1-69).

Não tendo sido esgotado o assunto foi convocada nova reunião do CTA, registrada em Ata de 9-1-69, para ouvir os professores do Departamento de Educação sobre a proposta do DE em denunciar o Convênio e reverter o CA à rede estadual de Escolas Médias Oficiais.

Para se ter uma ideia da posição dos membros do DE é revelador seguir a ordem das posições individuais. Mais uma proposta de Amélia D. Castro circulou em cópias pelos membros do CTA, mas não foi discutida nessa sessão.

Em seguida, Carlos Corrêa Mascaro, disse que não estava inteiramente a par das questões que determinaram a atual crise do Colégio, mas qualquer medida que fosse adotada visando sua extinção do referido colégio não teria sua aprovação. Se existem problemas, estes devem ser resolvidos. A Faculdade não podia fugir desta responsabilidade e estava disposto a colaborar no que fosse necessário para a solução satisfatória do problema.

Heládio G. Antunha não concordava com Mascaro. Era de opinião que não se tratava de confessar a incapacidade de administrar o Colégio porque os problemas que surgiram não eram do âmbito educacional. Considerava que as atividades do CA podiam ter sido um sucesso, mas não do ponto de vista disciplinar. Após tecer diversos comentários, disse que seu



pensamento, bem como o de diversos professores do Departamento de Educação, está consubstanciado no ofício encaminhado pelo Prof. Roque S. Barros ao CTA.

Após fazer um retrospecto desde a origem do CA, Laerte R. Carvalho concordou com Antunha na medida em que foram falhas estruturais que causaram a eclosão dos problemas. Pensava que a manutenção do CA seria, sem dúvida, protelar uma nova crise. Recomendava que o CTA deveria meditar muito sobre a situação a fim de que fossem evitados novos períodos críticos. O presidente Simões de Paula diz, então, que o assunto será estudado e o CTA emitirá, posteriormente, o seu parecer sobre a matéria (Ata do CTA, 9-1-69).

Em longa reunião do CTA em, foi colocada em debate a proposta de A. A. Domingues de Castro, referente à reformulação do convênio com a Sec. da Educação, visando a extinção do CA. Após várias opiniões de conselheiros, o Prof. Eduardo França, dando resposta às críticas do DE, declarou que o pensamento da Comissão de Sindicância do CA, da qual era Presidente, era de que o Colégio devia ser mantido e reestruturado. Mencionou tópicos que a Comissão, para a simplificação da estrutura do Colégio, julgava de maior importância, entre eles: autonomia administrativa do Diretor, supressão das coordenações dos cursos a fim de ser evitada a pluralidade de comandos, supressão dos Conselhos, criação de uma Congregação e de uma assessoria didática e redução do quadro de docentes e do número de orientadores. Assim, a Comissão proporia: a revisão geral do sistema e reforma da estrutura desvinculado o Colégio do Departamento de Educação.

Declaradamente contrário ao DE, o CTA, levando em consideração todos os depoimentos feitos, se pronunciou contrário à extinção do CA e propôs as seguintes medidas: "1) Ampliação da rede de Colégios para estagiários, em virtude do progressivo aumento de número de alunos inscritos nos cursos de Prática de Ensino desta Faculdade; 2) Nomeação de um Diretor interino; 3) Elaboração imediata do anteprojeto visando a reestruturação do Colégio" (Ata do CTA de 23-1-69).

Essas proposições não tiveram continuidade. A reforma universitária as atropelou. Uma série de leis e decretos integraram essas escolas na rede de ensino. Em 16 de dezembro de 1969 o DE transformou-se na Faculdade de Educação da USP, e começou a funcionar em 1º de janeiro de 1970. O convenio já havia sido denunciado. A partir de então, a história do CA tomou novo rumo. Pelo decreto de 30/1/70 da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo O Colégio de Aplicação "Fidelino de Figueiredo" fica transformado em Colégio Estadual "Fidelino de Figueiredo". (D.O.LXXX n. 22, p.4).

Aparentemente, frios e pérfidos documentos, como leis e decretos promulgados pelo Governo do Estado de janeiro a junho de 1970, sepultaram as esperanças de um processo de



democratização, inovação e aprofundamento do conhecimento criativo e libertador, como era praticado em escolas, como o Colégio de Aplicação. Integradas na rede comum essas escolas não sobreviveram; no caso do CA porque foi abandonado por de seus criadores, que o repudiaram.

## REFERÊNCIAS

ABAIXO ASSINADO DE PAIS DO CA, Assembleia Legislativa de São Paulo, **Diário Oficial** n. 203 de 25/10/67.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O Controle Ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo, ADUSP, 2004.

**ATAS DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO** da FFCL da USP. 3-10 -1967; 11/10/1967.

ATCON, Rudolph. **Rumos à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira**. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1966, 124p.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Comunicado do Diretor. **O Estado de S. Paulo**, 15 de outubro de 1967.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Pronunciamento. **Ata do Conselho Técnico Administrativo da FFCL**, São Paulo, 19/10/1967.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Depoimento. **Ata da Comissão de Sindicância da FFCL da USP**. Processo n. 2624/67- FFCL São Paulo, 27/12/67.

BOJIKIAN, Clóvis. Atas da Comissão de Sindicância da FFCL da USP. Processo n. 2624/67- FFCL São Paulo, 22, 26, 29 /11-68 e 4, 9, 10,13,16 /12/68.

BONTEMPI, Bruno Jr. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Outros Temas: Caderno de Pesquisa**, 41 (142), 2011.

CASTRO, Amélia A. Domingues de; GIANNOTTI, José Arthur. Sugestões para a melhoria do ensino de Filosofia no curso secundário. **Revista de Pedagogia**, São Paulo, vol. 6, nº11-12, p. 65-77, jan./dez. 1960.

CASTRO, Amélia A. Domingues de. Depoimento. **Ata da Comissão de Sindicância da FFCL da USP**. Processo n. 2624/67- FFCL São Paulo, 21-28 /12/67.

COSTA, Emília Viotti da. Sugestões para melhoria do ensino de História no curso secundário. **Revista de Pedagogia**, São Paulo, vol. 6, nº11-12, p. 91-104, jan./dez. 1960.

CINTRA, Alcides Bueno. Ofício ao diretor do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo Francisco E. Sertório Canto, **DEOPS** (50-H-32-436), São Paulo, 20/10/1967.



DALLABRIDA, Norberto. As classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. **Revista Brasileira de História de Educação**. Universidade Estadual de Maringá. vol. 17, núm. 3, 2017, julho-setembro, p. 213-234.

DIAS, José Augusto. Depoimento em 18/12/67. **Ata Comissão de Sindicância da FFCL da USP**. São Paulo, Processo n. 2624/67- FFCL, s/n/p.

FERNANDES, Florestan. Carta de 9 de setembro de 1964. **O Controle Ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo, ADUSP, 2004. p 30 e 31.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **Centros de pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970. 2006**. Tese Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

ISSLER, Bernardo. Relato de uma experiência metodológica na Cadeira de Geografia Geral e do Brasil, na primeira série do curso ginásial, do Colégio de Aplicação. **Revista de Pedagogia**, São Paulo, vol. 6, nº11-12, p. 156-149, jan./dez. 1960.

LEITE, Julieta Ribeiro. **Entrevista** concedida a M.L.M. Janotti. São Paulo, 12/04/1998.  
MAGALDI, Sylvia. **Entrevista** concedida a M.L.M. Janotti. São Paulo, 27/04/1998.

MANIFESTAÇÃO estudantil termina com ocupação da Faculdade de Filosofia. **Folha de S. Paulo**. S.P. 26/04/67, p.6.

MORAES, Carmem Sylvia V. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e sistema nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 979-1001, jul.-set. 2013.

ROZANTE, Ellen Lucas. **A Revista de Pedagogia da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1955-1967) A formação do professor de ensino secundário**. 2008. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSENTHAL, Erwin T. Depoimento em 18/12/67. **Ata da Comissão de Sindicância da FFCL da USP**. São Paulo, Processo n. 2624/67- FFCL, s/n/p.

RUBINSTEIN, Bernardo. Depoimento. Assembleia Legislativa de São Paulo **D.O.** n. 203 de 25/10/67).

RUBINSTEIN, Sérgio. Comunicado. Assembleia Legislativa de São Paulo **D.O.** n. 203 de 25/10/67).

SALMERON, Roberto A. **A Universidade interrompida. Brasília 1964-1965**. Brasília, Editora UNB, 1999, 476p.

SAMPAIO, Susana A.C. Depoimento. Assembleia Legislativa de São Paulo, **D.O.** n.203, 25/10/67).

SCHWINDEN, Raul. Sugestão de acordo. Assembleia Legislativa de São Paulo, **D.O.** n.203, 25/10/67).



SILVA, Daniele Hungaro; DALLABRIDA, Norberto. Circulação da pedagogia personalizada e comunitária no ensino secundário brasileiro (1954-1963). **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-23, 2020.

SILVA, Daniele Hungaro; DALLABRIDA Norberto. Circulação de artigos de Pierre Faure na Revista Servir. **Patrimônio e Memória**. UNESP/ASSIS. v. 16, n. 2, 2020.

TAMBERLINI, Angela Rabello Maciel de Barros. **Os Ginásios Vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador**. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2001.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação não é privilégio**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VIEIRA, Letícia. **Um núcleo pioneiro da renovação da educação secundária brasileira: as primeiras classes experimentais do estado de São Paulo (1951-1964)**. Dissertação de Mestrado em 2015, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

WEREBE, Maria José. A renovação pedagógica em França. **Revista de Pedagogia**, São Paulo, vol. 1, nº2, p. 57-68, jan./jun. 1956.

WEREBE, Maria José. A situação atual do ensino no Brasil. **Revista de Pedagogia**, São Paulo, vol. 6, nº11-12, p.11-30, jan./dez. 1960.

WEREBE, Maria José. Depoimento. **Ata da Comissão de Sindicância da FFCL da USP**. São Paulo, 02/01/1968.

Recebido em: 17 de dezembro de 2021

Aceito em: 21 de dezembro de 2021